

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**DIFERENÇAS DE GÉNERO E DELINQUÊNCIA JUVENIL: INFLUÊNCIA DA
FAMÍLIA E DE CARATERÍSTICAS DA PERSONALIDADE**

Ana Cristina Fernandes Bouças

Outubro 2014

**Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto,
orientada pelo Professor Doutor Jorge Negreiros (FPCEUP)**

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**DIFERENÇAS DE GÉNERO E DELINQUÊNCIA JUVENIL: INFLUÊNCIA DA
FAMÍLIA E DE CARATERÍSTICAS DA PERSONALIDADE**

Ana Cristina Fernandes Bouças

Outubro 2014

Ana Cristina Fernandes Bouças
Presidente: Doutor José Marques
Arguente: Doutor João Marques Teixeira
Orientador: Doutor Jorge Negreiros
Classificação: 18 valores

**Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto,
orientada pelo Professor Doutor Jorge Negreiros (FPCEUP)**

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus Conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Jorge Negreiros pela orientação atenta e críticas sempre construtivas, pela calma nos momentos de crise e pela constante cooperação: foi um prazer aprender consigo.

Ao Dr. João Agante Batista, cuja boa-vontade, preocupação e competência tornaram este estudo possível.

Aos benfeitores dos Centros Educativos, nomeadamente, ao Dr. Paulo Monteiro e à Dr^a. Sandra Sampaio, ao Dr. Pedro Reis, ao Dr. Jorge Simões e ao Dr. António Viana, pela celeridade nas respostas e pela disponibilidade e simpatia com que me receberam.

À Professora Fátima Lemos, mãe do Tiaguinho, pela preocupação e cooperação excepcional.

À Professora Isabel Lemos, mãe da Sofi, pela atenção, boa vontade e contributo essencial.

À Doutora Luiza Nobre Lima, pela Escala Básica de Empatia e pela celeridade com que sempre me respondeu.

Ao Sr. Mário Ataíde, pela paciência e pelo carinho: desculpe as dores-de-cabeça.

Aos meus participantes, pela boa-disposição com que me receberam e pelos momentos caricatos.

À Isabel, por ser um doce e pelo resumé.

À minha mãe e ao meu pai por, além de me terem apresentado o mundo cheio de cor e possibilidades, me terem depois do meu irmão, o principal responsável pelas minhas projeções românticas de um mundo (im)perfeito.

A toda a mesa-de-domingo, em especial à minha avó'Cina e à Adriana: à primeira por ser o meu exemplo e, à segunda, por desde sempre, sentir o meu sucesso como dela.

À Raq, Fi, Rafa, Valter, Gil e Zé, pela viagem: vivemo-la com alegria, preguiça-matinal, boa música e procrastinação, mas nunca descuramos os livros, a reflexão e a meta-comunicação; emprestei-vos os meus olhos e vocês pintaram o meu mundo. Obrigada!

À Jé, à Inês, à Sue, à Maria, pela companhia, pelo mimo e por verem o mundo de uma forma tão bonita.

À Sill por me sentir a quilómetros de distância, por ter sempre as palavras certas (e os silêncios também), que todos os dias me aquecem o coração.

À Fran*Chica*, um coração-cheio de obrigadas: por ter madrugado e mergulhado em viagens e revisões que pareciam não ter fim; por me ter aturado as crises de fé com toda a calma e compreensão (bem, quando já não há calma, há compras!); pelo dia-a-dia, e por cuidar de mim; por estes últimos anos de companhia e muita amizade; pela sensibilidade com que vês o mundo, que nos faz encontrar prazer nas rotinas mais simples da vida e que é, sem dúvida, o que eu mais gosto em ti (em nós).

And I came to believe that good and evil are names for what people do, not for what they are. All we can say is that this is a good deed, because it helps someone or that's an evil one because it hurts them. People are too complicated to have simple labels.

Philip Pullman

in The Amber Spyglass, 2000

Abreviaturas

DP – Desvio padrão

M – Média

N – Número de sujeitos

\tilde{x} – Mediana

RESUMO

Este estudo assume um carácter empírico, comparativo e quantitativo, cujo objetivo se prende com o estudo dos fatores de risco na delinquência juvenil. Paralelamente, e considerando os fatores de risco a serem investigados, foi explorada a possibilidade de o género *per si* representar um fator de risco, influenciando as restantes variáveis em estudo. Esta investigação nasce da necessidade de uma melhor compreensão do fenómeno da delinquência juvenil em Portugal e, mais especificamente, para uma averiguação das diferenças de género que poderão conduzir a um melhor desenho das práticas preventivas e interventivas no contexto da delinquência. No sentido de explorar os fatores de risco na delinquência juvenil foi aplicado o *Inventário de Vinculação para os Pais e Pares*, a *Escala de Empatia Básica*, a *Escala de Impulsividade*, de *Procura de Sensações* e do *Tipo de Comportamento Antissocial* a 164 jovens portugueses (*M* idade = 15,95) de ambos os sexos, sendo que 84 se encontram sob a aplicação de medidas tutelares educativas em Centros Educativos e 80 são provenientes de escolas públicas do ensino regular português. Os resultados confirmaram a estrutura familiar, a impulsividade, a procura de sensações, a empatia e o insucesso escolar como fatores de risco na delinquência juvenil em Portugal. No que concerne às diferenças de género, os resultados indicaram que as jovens delinquentes do sexo feminino se envolvem em comportamentos antissociais maioritariamente associados à indisciplina e que os seus níveis de empatia são mais elevados (sendo que níveis mais baixos de empatia no sexo feminino se correlacionaram com comportamentos antissociais de indisciplina e violência); quanto aos jovens do sexo masculino, os resultados apontaram para um envolvimento maioritário dos mesmos em comportamentos antissociais contra a propriedade, apresentando níveis mais baixos de empatia e de aproveitamento escolar, e que a procura de sensações se associou positivamente a todas as dimensões do comportamento antissocial.

Palavras-chave: Delinquência Juvenil em Portugal; Fatores de Risco; Diferenças de género

ABSTRACT

This study's empiric, comparative and quantitative nature has the purpose to analyze some risk factors in juvenile delinquency. At the same time, considering the risk factors to be analyzed, the possibility that gender represents an additional risk factor was also explored, while taking in consideration its influence on the remaining variables of this study. This investigation struggles against the lack of comprehension of the juvenile delinquency phenomena in Portugal, more specifically, in the domain of the gender differences, so that more preventive interventive practices can be better designed and implemented in this context. As so, the Inventory of Parent and Peer Attachment (IPPA), the Basic Empathy Scale (BES), the Barret's Impulsivity Scale (BIS), the Sensation Seeking Scale and the *Antisocial Behavior Scale* were applied to a sample of 164 adolescents (*M* age = 15,95), both males and females, of which 84 were under educational tuition in Educational Centers and 80 under the regular public school curricula. Results confirmed the family structure, sensation seeking, empathy and academic underachievement as being factor risks in the Portuguese juvenile delinquency. Delinquent females were found to engage mostly in antisocial behaviors associated with indiscipline and to have higher levels of empathy than the male counterparts. On the other hand lower levels of empathy in the female sample were found to be correlated with indiscipline and violence antisocial behaviors. In the male sample, the results suggest that delinquent boys engage in, mostly, crimes against property, while showing lower levels of empathy and academic achievement comparing to their female counterparts and significant correlations between sensation seeking and all of the dimensions of the antisocial crime.

Keywords: Juvenile Delinquency in Portugal; Risk Factors; Gender Differences

RÉSUMÉ

Cette étude prend un caractère empirique, comparatif et quantitatif, dont l'objectif c'est l'étude des facteurs de risque de la délinquance juvénile. Au même temps, et en considérant les facteurs de risque qui vont être recherchés, la possibilité du genre a été explorée pour savoir si la même représente un facteur de risque, en influençant les autres variables de l'étude. Cette recherche découle de la nécessité d'une meilleure compréhension du phénomène de la délinquance juvénile au Portugal et en plus précisément, pour une investigation de différences de genre qui peuvent conduire à une meilleure conception des pratiques de prévention et d'intervention dans le contexte de la délinquance. Afin d'explorer les facteurs de risque sur la délinquance juvénile l'Inventaire de l'Attachement aux Parents et aux Pairs a été appliquée, l'échelle d'empathie de base, l'échelle de l'impulsivité, la recherche de sensations et antisociale type de comportement à 164 jeunes portugais (M âge = 15,95) des deux sexes, dont 84 sont en cours de application des mesures de tutelle d'enseignement dans les centres éducatifs et 80 sont de l'enseignement ordinaire portugais de l'école publique. Les résultats ont confirmé la structure de la famille, l'impulsivité, la recherche de sensations, l'empathie et l'échec scolaire comme facteurs de risque sur la délinquance juvénile au Portugal. En ce qui concerne les différences entre les sexes, les résultats indiquent que les jeunes délinquantes du sexe féminin adoptent des comportements antisociaux principalement associés à l'indiscipline et leurs niveaux d'empathie sont plus élevés (en étant que niveaux plus bas de l'empathie dans le sexe féminin corrélés avec un comportement antisocial d'indiscipline et violence); en ce qui concerne les jeunes hommes, les résultats indiquent que ils sont plus impliqués dans des comportements antisociaux contre la propriété, résultant en des niveaux inférieurs de l'empathie et de la réussite scolaire, et qui recherche de sensations a été positivement associés à toutes les dimensions de comportement antisocial .

Mots-clés: Délinquance juvénile au Portugal; Facteurs de risque; Différences de genre.

Índice Geral

Introdução	1
Capítulo I - Enquadramento Teórico	3
1. A delinquência Juvenil	3
1.1. <i>Delinquência e comportamento antissocial: delimitação de conceitos</i>	3
1.2. <i>Enquadramento histórico do fenómeno da delinquência juvenil</i>	4
1.3. <i>Teorias explicativas da delinquência juvenil</i>	5
2. Criminologia feminina	6
2.1. <i>Reconceitualização do mundo social do desvio e dos papéis de género tradicionais</i>	6
2.2. <i>Feminismos e masculinismos: a complexa relação entre género e poder</i>	8
3. Diferenças de género na delinquência juvenil	10
3.1. <i>Diferentes fatores de risco no comportamento antissocial</i>	10
3.1.1. <i>Variáveis familiares: estrutura familiar e estilos de vinculação</i>	11
3.1.2. <i>Variáveis individuais: impulsividade, procura de sensações, empatia, insucesso escolar e tipo de comportamento antissocial</i>	13
Capítulo II – Estudo empírico	19
1. Objetivos de investigação	19
2. Hipóteses de investigação	19
2.1. <i>Variáveis individuais: estrutura e funcionamento familiar</i>	19
2.2. <i>Variáveis individuais: impulsividade, procura de sensações, empatia, insucesso escolar</i>	20
2.3. <i>Diferenças de género na delinquência juvenil</i>	20
3. Método	21
3.1. <i>Amostra</i>	21
3.2. <i>Instrumentos</i>	21
3.2.1. <i>Parte primeira</i>	21
3.2.1.1. <i>Caracterização Socio-demográfica</i>	21
3.2.1.2. <i>Inventário de Vinculação para os Pais e Pares - IPPA</i>	21
3.2.1.3. <i>Escala de Empatia Básica</i>	22
3.2.2. <i>Parte segunda</i>	23
3.2.2.1. <i>Escala de Impulsividade</i>	23
3.2.2.2. <i>Escala de Procura de Sensações</i>	24

3.2.2.3. Escala do Tipo de Comportamento Antissocial.....	24
3.3. Procedimento	25
3.3.1. Grupo de Jovens Delinquentes	25
3.3.2. Grupo de Jovens não Delinquentes	26
4. Resultados	26
4.1. Análises diferenciais	26
4.1.1. Variáveis familiares: estrutura e funcionamento familiar	26
4.1.1.1. Estrutura familiar	26
4.1.2. Variáveis individuais: Impulsividade, Procura de sensações, Empatia, Insucesso escolar.....	28
4.1.3. Diferenças de género na delinquência juvenil	30
4.2 Análises correlacionais	32
5 Discussão de resultados.....	34
Capítulo III – Conclusão e considerações finais.....	39

Índice de tabelas

Tabela 1. Diferenças na composição familiar	26
Tabela 2. Médias ordenadas para a vinculação à mãe e ao pai	27
Tabela 3. Médias ordenadas para a impulsividade e procura de sensações.....	28
Tabela 4. Diferenças no insucesso escolar.....	28
Tabela 5. Estatísticas descritivas relativas à variável insucesso escolar.....	29
Tabela 6. Médias ordenadas para a empatia	29
Tabela 7. Diferenças de género no insucesso escolar.....	30
Tabela 8. Estatísticas descritivas relativas às diferenças de género no insucesso escolar.....	31
Tabela 9. Médias ordenadas para as diferenças de género	32
Tabela 10. Correlações entre a empatia e o comportamento antissocial	33

Índice de Anexos

Anexo I. Pedido de autorização à DGRSP

Anexo II. Instrumento

Introdução

Este estudo nasce da necessidade de uma melhor compreensão do fenómeno da delinquência juvenil em Portugal, com particular ênfase na exploração das diferenças de género que poderão conduzir a um melhor desenho das práticas interventivas no contexto da delinquência.

A importância atribuída à variável *género* neste estudo foi-se prendendo, sobretudo, com a percepção de como, academicamente, esta parecia quase invisível: de facto, é escasso o que se sabe sobre as jovens mulheres que praticam crimes, ou que incorrem em comportamentos antissociais. Esta foi uma preocupação inicial que, a par de um interesse pela complexa dinâmica que explicará a criminalidade juvenil, nos guiou primordialmente, tendo culminado num estudo que abrange mais variáveis do que as que se fariam prever. De facto, para quê estudar o dito “desviante” sem incluir como parâmetro de comparação os ditos “normais”? E nesse sentido, como valorizar a variável *género* excluindo o género masculino?

Em suma, esta investigação, tendo partido de uma motivação simples (compreender melhor a criminalidade juvenil feminina), tornou-se num estudo mais desafiante e complexo do que, à partida, se esperaria. De todo o modo, fez-se o possível por abranger hipóteses explicativas que, apesar de tudo, consigam compilar o fenómeno da criminalidade e do comportamento antissocial num todo inteligível – ainda que muito fique, sempre, por compreender.

Ao longo do Capítulo I (Enquadramento teórico) apresentamos o enquadramento concetual do estudo, dividido em três grandes temas: a *Delinquência Juvenil* (em que é feita uma delimitação de conceitos, o enquadramento histórico do fenómeno e a apresentação de algumas teorias explicativas); a *Criminologia Feminina* (perspetivada através da reconcetualização do mundo social do desvio e dos papéis de género tradicionais, o que se reflecte também na complexa relação entre o género e o poder); e, por último, as *Diferenças de género na delinquência juvenil* (relativamente aos diferentes fatores de risco, e à influência das variáveis familiares e individuais a ser investigadas no presente estudo).

O Capítulo II descreve as várias etapas do presente estudo empírico, explicitando-se o objeto e os objetivos específicos a trabalhar, bem como as hipóteses de investigação formuladas. Segue-se então o enquadramento metodológico e o respectivo procedimento relativamente à caracterização da amostra, construção do instrumento e recolha de dados.

Posteriormente, passamos a apresentar a Análise e a Discussão dos Resultados, respectivamente. Ao longo da discussão, confrontamos os resultados encontrados com o referencial teórico que os suporta, confirmando ou infirmando as hipóteses acima colocadas e, quando adequado, propomos possíveis explicações para os fenómenos observados.

Por último, concluímos o estudo sumarizando os resultados mais expressivos da investigação, refletindo sobre possíveis contributos da mesma para o estudo do fenómeno da delinquência juvenil em Portugal. São ainda avançadas as principais limitações do estudo, bem como possíveis contributos do mesmo para o desenho de projetos interventivos na problemática estudada.

Capítulo I - Enquadramento Teórico

1. A delinquência Juvenil

1.1. *Delinquência e comportamento antissocial: delimitação de conceitos*

Delimitar o conceito de delinquência não é tarefa fácil: antes de mais, a definição de delinquência pode adoptar diversas designações (Fonseca, 2004; Negreiros, 2008), referindo-se comumente ao crime, perturbação do comportamento e a comportamentos antissociais (Marcotte *et al.*, 2002), podendo ser delineadas por múltiplas perspetivas e racionais teóricos.

É importante ter presente, porém, que a definição do conceito de delinquência apresenta-se claramente associada a uma controversa análise complementar das razões de ordem sociológica e jurídica que dependem, ainda, das ambiguidades de cada época e contexto sociocultural (Giddens, 1997; Negreiros, 2001). Como Binder e colaboradores (2001) sugerem, *a delinquência é uma categoria do desvio reportada aos atos desenvolvidos por crianças e jovens que, à luz das leis penais, configuram a prática do crime pela quebra ou violação do estabelecido nos normativos jurídicos mas que, pela idade, se encontram numa situação de inimputabilidade criminal, beneficiando de legislação específica em detrimento da aplicação do código penal* (Carvalho, 2010, p.33).

Urge, assim, a necessidade de clarificar e distinguir termos como a *Delinquência* e o *Comportamento antissocial* que, embora muitas vezes difundidos pela literatura como termos equivalentes, se distinguem, maioritariamente, pelas respectivas áreas de ação: o primeiro remete-nos para uma designação jurídica, referindo-se à transgressão das leis; o segundo, por outro lado, insere-se numa vertente clínica e criminológica, aludindo a atos transgressivos ou a violações de normas ou expectativas sociais consideradas inapropriadas, na medida em que lesam outros e a sociedade (Negreiros, 2008). Desta forma, a delinquência terá de ser vista como um conjunto de comportamentos inseridos

num contexto dinâmico e complexo (Fonseca, 2004; Matos *et al.*, 2009; Negreiros, 2008), compreendendo diversas influências biopsicossociais (Lösel, 2003).

1.2. *Enquadramento histórico do fenómeno da delinquência juvenil*

A delinquência juvenil é um fenómeno relativamente recente: no início do século XIX, com o crescimento da sociedade industrial, urbana e complexa apareceu o conceito de juventude como uma etapa do desenvolvimento com características próprias. Longe de ser uma “realidade biológica” (Vieira, 2014), a juventude passa a ser vista como uma construção em contexto de profundas transformações culturais, sociais e económicas que, num determinado momento, podem levar a um desvio nos comportamentos nas etapas de transição para a idade adulta tornando-se, assim, numa condição de risco. Considerada por alguns um fenómeno urbano (Carvalho, 2000; Santos *et. al.*, 2004), a delinquência tem as suas raízes em fatores ambientais como a densidade populacional, a pobreza e a educação: nesta realidade das cidades pós-industrializadas, os problemas sociais aumentam e as situações de economia subterrânea que conduzem à exclusão social e ao crime proliferam.

A delinquência e o crime são, então, fenómenos intimamente ligados à comunidade e como tal indissociáveis dos problemas sociais inerentes a essa realidade como, por exemplo, a desordem social e económica (Pain, 2000 citado por Fernandes & Rêgo, 2011). Urge então a necessidade de organização, por parte do Estado e da sociedade, no sentido de controlar e punir a delinquência. Assim, já desde o início do século XX que o Estado português se debate com reflexões orientadoras de um plano de intervenção que passe pela adequação das medidas, tanto em jovens que ingressaram no mundo do delito (sendo referidos na literatura como “menores delinquentes”) como em jovens que carecem de condições básicas de segurança, higiene e protecção, entre outras (mencionados pela literatura como “menores em perigo”) (Pedroso, 1998 citado por Santos *et. al.*, 2004).

Atualmente, em Portugal, o controlo formal da delinquência juvenil reflete-se na aplicação de *medidas tutelares educativas* a todos os jovens (“menores delinquentes”) que entre os 12 e os 16 anos de idade pratiquem fatos qualificados pela lei como crime. O seu principal objetivo passa pela *educação do jovem* para o *direito* e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade, sendo esta premissa o pilar de toda

a ação oficial (Carvalho & Serrão, 2008).

1.3. *Teorias explicativas da delinquência juvenil*

Desde os tempos mais remotos que o indivíduo participa em atos delituosos e criminosos e desde o século XIX que os estudiosos se têm debruçado sobre uma análise compreensiva das características e circunstâncias que levam o mesmo a cometê-los. As primeiras teorias, sustentadas pelo positivismo criminológico, concetualizavam o criminoso como um subtipo humano, diferente dos restantes cidadãos: *o infrator é um prisioneiro de sua própria patologia ou de seus processos causais alheios ao mesmo, um ser escravo de sua carga hereditária, enclausurado em si e separado dos demais, que mira o passado e sabe, fatalmente escrito, seu futuro: um animal selvagem e perigoso.* (Mendes, 2008, p.2). Lombroso, em 1876, retrata o delinquente e o delito como uma consequência da organização física e moral do criminoso: é um ser inferior, atávico, que não evoluiu e que carece de alguma abertura ao mundo dos valores; sofre, ainda, alguma forma de epilepsia, com as lesões cerebrais que lhe são características (Mendes, 2008).

Mais tarde, em 1969, Hirschi introduz a *Teoria do Controlo Social*, ainda hoje a mais testada e discutida de todas as teorias contemporâneas sobre o crime (Almeida, 2006). Esta teoria descreve o comportamento delinquente como uma expressão simbólica do corte de laços do indivíduo com a sociedade, explicando-se pelo modo como se estiverem fortemente vinculados aos pais, pares e professores (noutras palavras, comprometidos com um tipo de ação convencional, validando valores morais), a probabilidade de participarem em atos delinquentes diminui. Segundo Hirschi (1969), o jovem que comete um delito, embora acredite nos valores convencionais, apresenta alguma debilidade nas suas crenças – que, por sua vez, serão de proporção inversa relativamente à força dos vínculos do mesmo com a ordem convencional.

Acrescentamos, ainda, a *Teoria Interaccionista* que defende as causas da delinquência como variáveis, interagindo de acordo com os diferentes estádios de desenvolvimento e com sucessos ou fracassos vividos ao longo da vida do indivíduo (Thornberry & Krohn, 2004). Segundo este racional teórico, o início precoce de transgressões poderá ser explicado pela combinação de défices individuais, práticas educativas ineficazes e pela posição ocupada na estrutura social, sendo que estes indivíduos apresentam características como problemas comportamentais, baixos níveis de auto controlo e de controlo emocional (Kopp, 1989; Moffitt, 1993). É preciso sublinhar que estas características temperamentais negativas da criança, em conjunto com um contexto

familiar adverso, aumentarão a possibilidade de pais e crianças desenvolverem um estilo de interação coercivo (Patterson *et al.*, 1992), despoletando na criança padrões de comportamentos agressivos e de oposição.

Não obstante, o início do comportamento antissocial implica também outros fatores determinantes: a posição desvantajosa ocupada na estrutura social, caracterizada pela pobreza crónica, desemprego, dependência da assistência social ou residência em zonas de concentração de pobreza – e, sobretudo, a co-ocorrência de todas estas circunstâncias (Thornberry & Krohn, 2004). O modo como todos estes fatores se poderão interligar produz também uma interessante análise: por exemplo, a influência da adversidade estrutural – que aparece associada a níveis elevados de características temperamentais negativas (Moffitt, 1997) – aumenta frequentemente o stress parental (que, aliado a um fraco apoio social, se torna também fator desorganizador da estrutura familiar, tornando os estilos parentais ineficazes (Patterson *et al.*, 1992)).

A necessidade de estudar este fenómeno urge assim como uma forma de tomar partido da multiplicidade de fatores que o compõem: em vez de supormos que a sua complexidade simboliza um entrave à intervenção, poderemos antes tomá-la como grande vantagem de exploração de todos os contextos que tem em seu redor, apreendendo-os como oportunidades de ação remediativa – mas, sobretudo, preventiva.

2. Criminologia feminina

2.1. Reconcetualização do mundo social do desvio e dos papéis de género tradicionais

Durante séculos foi construída uma “história única” (Duarte, 2012) sobre a delinquência juvenil feminina: a história da invisibilidade e da construção de imagens estereotipadas relacionadas com a ideia de que a rapariga delinquente é vítima do seu passado, do seu ambiente e da sua condição feminina (Hoyt & Scherertz, 1998).

Também a imagem da mulher transgressora como irracional (o que seria visto como inerente às suas características biopsicológicas) e sem capacidade de autodeterminação (já que agiria sempre sob coação na desviância) surge frequentemente na literatura, espelhando os princípios da *Irracionalidade* e *Heterodeterminação* no perfil da criminosa. A *Dupla Desviância* é uma perspetiva que, como o nome indica, entende a mulher como duplamente desviante, por transgredir a lei mas também os papéis de

gênero convencionais. Uma das atribuições da criminologia tradicional à criminalidade feminina é a de que esta se caracterizaria em estereótipos dominantes de gênero, focando-se sobretudo em determinados tipos de crime (associados à figura feminina tradicional), como o aborto ilegal, furtos em lojas e no domicílio por empregadas domésticas ou a prostituição (Pollak, 1961 citado por Heidensohn, 1985; Larrauri, 1992; Matos & Machado, 2003; Matos, 2008).

Perante tais estereótipos, tornava-se evidente o modo como concepções académicas se misturavam com as populares, permitindo que o estudo do crime cometido por mulheres permanecesse enraizado em noções como a do determinismo biológico, (que tinham a mulher como passiva, doméstica e maternal (Smart, 1976)). Este entendimento da criminologia como sendo centrada, antes de mais, na perspetiva dos homens, marcou a necessidade de reconcetualizar a partir de outros pontos de vista os mundos do desvio e da conformidade, da punição e do controlo.

Com o intuito de combater tal invisibilidade dá-se a emergência gradual das abordagens feministas na criminologia e, com isto, os esforços para encontrar modos alternativos de conceitualizar os mundos sociais do desvio. Começaram, assim, a surgir estudos que penetraram nas idiossincrasias do gênero feminino, explorando-as e confrontando-as com a realidade delinquente masculina.

A criminologia feminista nasce de fortes preocupações epistemológicas e políticas, inserida no movimento feminista da década de 60 (Matos & Machado, 2012), como reação a um androcentrismo criminológico que excluía ou estereotipava, através das suas análises, a fação feminina da humanidade (Heidesohn, 1968; Klein, 1973 citados por Matos, 2008), sistematicamente negligenciada em questões de gênero, nas mais diversas áreas do conhecimento.

A partir da década de 60, o movimento feminista patenteava o desenvolvimento de uma crítica compreensiva da disciplina (Heidesohn & Rafter, 1995). Num primeiro olhar, evidenciou a ausência da mulher nos estudos da *linha tradicional* da criminologia e um claro reducionismo biológico e psicológico subjacente às primeiras tentativas de estudar a mulher que comete crimes (Rafter & Heidesohn, 2002; Heidesohn & Silvestri, 1997; Daly, 2006; Matos e Machado, 2012).

Posto isto, nos finais da década de 60 e inícios da década de 70, foram apontados dois erros fundamentais cometidos em relação à mulher: a sua quase ausência dos estudos criminológicos, onde é praticamente invisível como agressora, vítima ou qualquer

outro tipo de relação com o sistema de justiça criminal; e a sua presença desajustada nos estudos da criminologia, através da distorção das suas experiências transgressivas de modo a enquadrá-la nos estereótipos dominantes (Heidensohn, 1968; Klein, 1976 citados por Matos & Machado, 2012; Heidensohn & Silvestri, 2012). É na segunda metade da década de setenta do século XX que, partindo das duas críticas fundamentais anteriormente descritas, se assiste a uma emergência gradual das abordagens feministas na criminologia.

Em 1975 surgem assim os primeiros estudos sobre a mulher no crime, pelas mãos de Freda Alder (“Sisters in Crime”) e Rita Simon (“Women and Crime”). Ainda que com diferenças notórias, ambas desenham aquela que será mais tarde conhecida como teoria da emancipação: reflectindo sobre a baixa participação da mulher em atividades criminais, explicam-na através da sua restrição aos papéis domésticos e consequente constrangimento em atos delituosos, por comparação com o homem (Daly & Chesney-Lind, 1988). Tal como mais tarde se viria a compreender, as especificidades dos trajectos delituosos masculinos e femininos, entre outros fatores, reflectem em larga medida o grau de integração do género na sociedade (Leal, 2007) – daí que seja indissociável a crescente integração da variável “género” em estudos científicos e o movimento feminista (Matos & Machado, 2012).

Em meados da década de 80, a criminologia feminista apresentava uma análise crítica da estrutura de classe e patriarcado, sugerindo que tanto as mulheres como os homens seriam submetidos a relações de poder e de género (Daly, 2006). Uma das maiores contribuições feministas para a criminologia terá sido o reconhecimento do género como constructo social, em vez de como variável estatística (Daly, 1997; Walklate, 2004 citado por Heidensohn & Silvestri, 2012), focando-se em considerações sobre a teorização do conceito de género, diferenças de género, relação entre género e o significado de género como uma experiência subjetiva.

2.2 *Feminismos e masculinismos: a complexa relação entre género e poder*

Daly e Chesney-Lind (1988) levantaram algumas questões pertinentes: será possível uma *generalização de problemas*, em que se aplicará às mulheres as mesmas teorias concebidas para explicar a criminalização realizada pelos homens? E, referindo-nos àquilo que os autores nomearam como *gender ratio problem*, porque é que as mulheres cometem menos crimes que os homens? A par destas questões, os criminologistas foram incentivados a ouvir, em primeira mão, as experiências da

população de mulheres que estudavam, tornando as análises femininas epicentro da discussão epistemológica sobre o crime por elas cometido (Heindensohn & Silvestri, 1997).

Aquele que começou como um movimento igualitário, pró-“libertação das mulheres”, expandiu-se largamente, abrindo portas ao reconhecimento do conceito de gênero como elemento básico e estrutural da sociedade, profundamente intrincado nas interações, educação ou leis de controlo social. Para além disso, investigaram-se também múltiplas dimensões de poder (como a idade, a sexualidade ou a classe social), que quando combinadas com o gênero se tornam determinantes para a compreensão do indivíduo naquele contexto particular. Por outras palavras, o surgimento de um sistema com vários “feminismos” e “masculinismos” tornou a compreensão do mundo mais complexa, assumindo a criminalidade como um problema reflexo de uma estrutura mais profunda e diluída na sociedade em que todos vivemos, em vez de o reduzir a positivismo estatísticos ou estereótipos de gênero (Rafter & Heindensohn, 1995).

Ainda que na atualidade seja evidente a emancipação feminina, nomeadamente na crescente autonomia económica e emocional, e que a par disso a taxa de criminalidade feminina (ainda que aquém da masculina) tenda a aumentar nas sociedades modernas (Rutter, Giller e Hagell, 1998), a investigação criminológica continua a privilegiar o investimento em estudos sobre o gênero masculino.

O conceito de gênero, como sabemos, funciona permanentemente como elemento distintivo, mesmo que a um nível quotidiano, assumindo-se enquanto forma de identidade claramente diferenciadora. Inscrito como signo biológico no corpo dos sujeitos é também, como acima referido, parte estrutural da organização social. A partir do momento em que se torna impossível ignorar a grande influência que opera sobre a dinâmica de poder e conseqüente dominação entre o masculino e o feminino (Duarte, 2012), urge a pertinência de estudar, no âmbito da delinquência juvenil, os fatores de risco (moderados ou não pelas diferenças de gênero) que esta população apresentará.

3. Diferenças de género na delinquência juvenil

Sendo o género uma das variáveis de diferenciação mais consistentes na análise do fenómeno da criminalidade, traz inevitavelmente consigo padrões históricos de conceitualizações estereotipadas (associando, por exemplo, o masculino à agressão e o feminino à vitimização) (Chesney-Lind, 1997; Messerschmidt, 1997; Abramovay, 2010 citado por Duarte, 2012). Ainda no que concerne à criminalidade, o género tem sido elemento explicativo, focando-se tanto em fatores biológicos (responsáveis pela diferenciação entre o feminino e o masculino), como em fatores de natureza psíquica, social, cultural e ambiental (Leal, 2007).

3.1 Diferentes fatores de risco no comportamento antissocial

O indivíduo, enquanto “intérprete de si” (Leal, 2007), age em função do modo como lê o mundo, à medida que vai interagindo com os outros, com os objetos e com o significado que lhes atribui, durante e através do seu percurso de vida.

Da mesma forma, as transgressões serão também explicadas, de acordo com um conjunto de fatores – que incluem processos cognitivos, afetivos e experienciais – inseridos no contexto da ação. Assim, *o delinquente (...) é um indivíduo igual ao indivíduo dito “normal”, diferindo apenas, quantitativamente, em relação a um certo número de características que facilitam, nele, a passagem ao ato (...) estamos perante um indivíduo com uma história pessoal e todo um conjunto de processos psicológicos, afetivos, morais, sociais, etc., que o conduziram à criminalidade* (Manita, 1997, p. 64).

Também referidas pela literatura como fatores de risco, a prevalência de tais características facilitadoras do envolvimento por parte do indivíduo em comportamentos antissociais são, então, um preditor do comportamento delinquente futuro bem como a co-existência de várias características facilitadoras estão associadas a um maior risco de delinquir (Murray & Farrington, 2010).

Assim, e tendo em conta que este estudo se concentra na exploração de alguns dos fatores de risco na delinquência juvenil, torna-se crucial explorar, mesmo que de forma breve, as variáveis familiares (como a *estrutura familiar* e a *vinculação aos pais*) e as variáveis individuais (*impulsividade, procura de sensações, empatia, insucesso escolar e tipo de comportamento antissocial*) a serem analisadas numa posterior análise (como preditoras, ou não, da delinquência).

3.1.1 Variáveis familiares: estrutura familiar e estilos de vinculação

Ainda que nenhuma variável deva ser tida como influência permanente ou definitiva da conduta ou cognição de um indivíduo, é importante frisar o fato de, ainda hoje, a família corresponder precocemente às necessidades fundamentais dos indivíduos, sobretudo como agente de socialização (Le Blanc & Janosz, 2002). Desde os finais do século XIX que a associação entre família e conduta delinquente suscita curiosidade, tendo Raux publicado, em 1890, as primeiras estatísticas sobre famílias delinquentes, referindo, por exemplo, que o rompimento da união conjugal era comum a 58% dos menores à data internados em meio correccional - proporção essa que no ano de 1990 (num estudo feito com adolescentes julgados em tribunais de Montréal) aumentaria para 89% (Fonseca, 2004).

Já em meados do século XIX a polícia de Nova Iorque descrevia os jovens delinquentes como *rebentos de pais negligentes, sem temperança e frequentemente imorais* (Trepanier, 1995 citado por Fonseca, 2004) – a noção de que as características da família de proveniência estão relacionadas com a delinquência e comportamentos antissociais é aceite já há muito tempo e pela maior parte das pessoas.

A *estrutura familiar* parece ser um dos grandes fatores explicativos da delinquência juvenil, em ambos os sexos (Martin, Martin, Dell, Davis & Guerrieri, 2008). De acordo com Juby e Farrington (2001), embora os rapazes provenientes de famílias permanentemente perturbadas fossem mais delinquentes que os rapazes de lares intatos, não eram mais delinquentes do que os que viviam com famílias intactas mas com elevado grau de conflito. Para além disso, os rapazes que permaneceram com a mãe depois da separação aparentavam ter os mesmos níveis de delinquência que os de famílias intactas com baixos conflitos; sendo que os que continuaram com o pai, parentes ou outros tinham índices de delinquência mais elevados.

No que toca à composição familiar, parece não haver diferenças significativas entre os géneros, no entanto apenas um terço dos jovens delinquentes tem família completa – a maioria é proveniente de famílias altamente desorganizadas, sendo que, de acordo com Barker e Adamst (1962), a falta do pai está relacionada com o desenvolvimento de sentimentos antissociais e comportamentos delinquentes nos rapazes, e nas raparigas esta ausência estará relacionada com efeitos adversos na adolescência que poderão justificar a inclusão nesse mesmo tipo de comportamentos.

Um dos fatores de risco mais citados quando se fala na etiologia dos comportamentos antissociais (nomeadamente, com manifestações de agressividade) é

então a qualidade da *vinculação*.

Já Bowlby (1988) destacava um padrão relacional de risco, quando descrevia relações *sem afecto, desligadas* e com *prolongadas separações precoces entre a criança pequena e a mãe*, e apesar dos seus limites metodológicos, esta teoria continha intuições que estudos mais recentes viriam a confirmar empiricamente (Shaw & Vendra, 1995; Marcus & Betzer, 1996). A representação dos modelos ou esquemas de relações primárias influenciam as relações e a imagem que o sujeito constrói de si próprio (Fagot, 1997; Kaufman & Ziegler, 1989; Soares, 2000). Por outras palavras, os modelos internos que o indivíduo desenvolve (sobre si mesmo e sobre as relações que vai estabelecendo), que dependem do seu próprio historial de relações (nomeadamente, com as primeiras figuras significativas), podem ser cruciais na forma como este desenvolverá crenças à medida da sua representação singular, afectiva e simbólica do mundo que o rodeia.

A história da desorganização no bebé parece relacionar-se com problemas de comportamento ulteriores, também eles inter-relacionados, nomeadamente: a perpetuação de maus tratos aos filhos (Kaufman & Ziegler, 1989); problemas de comportamentos na criança pré-escolar, no ensino básico (Shaw & Vendra, 1995) e na adolescência (Claes & Lacorse, 2001; Soares, 2000), e problemas na capacidade para desenvolver relações (Ainsworth, 1989; Dozier, Stovall, Albus & Bates, 2001; Roisman, Padrón, Sroufe & Egeland, 2002).

Compreende-se então que a qualidade dos cuidados parentais e a natureza do ambiente familiar coexistam com outros fatores, como as características individuais, o grupo, a escola e a vizinhança (Greenberg, Solomon & Pyszczynski, 1997), e que, ainda que a vinculação não tenha efeitos directos no desenvolvimento de problemas de comportamento, é a acumulação dos fatores de risco que potencia a manifestação dos mesmos (Moffitt & Caspi, 2001).

Práticas educativas inadequadas, a par da insatisfação marital, conduzirão a um aumento das possibilidades de desenvolvimento de problemas de comportamento na criança. Tendo em conta que as mães permissivas de crianças com problemas de comportamento monitorizam menos os filhos, interferindo menos na resolução de conflitos e recorrendo mais à adulação para conseguir que as crianças lhes obedeçam (DeVito & Hopkins, 2001); ou que mães demasiado autoritárias se caracterizam por serem muito negativas e hipercontroladoras, tendendo a ser excessivamente exigentes no que toca à disciplina que impõem, percebemos que estes dois tipos extremos de práticas educativas se encontram correlacionados com o desenvolvimento de problemas

de comportamento - nomeadamente, com o distúrbio de oposição e com os comportamentos antissociais em geral (Fonseca, 2000).

Outros estudos referem ainda que, embora a vinculação seja um forte preditor da delinquência nas raparigas (Huebner & Betts, 2002), é ainda maior quando referente aos rapazes (Anderson et al., 1999 citado por Ozcan & Ozbay, 2006), ainda que à luz da teoria de Hirschi esta tenha um efeito semelhante em ambos os sexos (Rosenbaum, 1987).

3.1.2 *Variáveis individuais: impulsividade, procura de sensações, empatia, insucesso escolar e tipo de comportamento antissocial*

A *impulsividade*, como traço de personalidade, tem sido também compreendida como um indicador expressivo do comportamento delinquente (Daderman, 1999; White et al., 1994).

Uma interessante perspetiva sobre a causalidade da impulsividade (bem como dos problemas de atenção e do baixo rendimento escolar) no comportamento delinquente, é explicada por Farrington (2002) associando-a a possíveis défices nas funções executivas no cérebro. Localizadas nos lobos frontais, estas funções incluem a manutenção da atenção e a concentração, o raciocínio abstrato e a formação de conceitos, a formulação de objetivos, a previsão e o planeamento, a programação e a iniciação de sequências propositadas de comportamento motor, auto-monitorização, comportamentos auto-conscientes eficazes e inibição de comportamentos inadequados ou impulsivos. Desta forma, deficiências nas funções executivas aliar-se-ão a uma incapacidade de adiar a gratificação (ou seja, a um padrão de respostas essencialmente determinado por contingências de reforço imediato em vez de gratificações prospectivas) e, conseqüentemente, a défices na modulação de respostas que se encontram associadas a elevados níveis de impulsividade (Wallance, Newman e Bachorowski, 1991 citado por Farrington, 2002). Num estudo de Montreal, as funções executivas revelaram ainda ser o principal fator de discriminação de jovens delinquentes e não delinquentes (independentemente das suas circunstâncias familiares) (Seguin et al., 1995 citado por Farrington, 2002).

Moffit (1993), embora partindo de diferentes premissas, afirma também que a impulsividade é um fator de risco no comportamento antissocial. Segundo este autor, a criança que não controla os seus impulsos terá dificuldades na obtenção de um bom aproveitamento escolar que, mais tarde, traz conseqüências a nível sócio-profissional. Desta forma, o indivíduo começará por procurar benefícios a curto prazo, muitas vezes associados ao envolvimento em actividades delinquentes.

Investigações efetuadas no âmbito das diferenças no comportamento antissocial

em ambos os sexos (Moffitt, Caspi, Rutter, & Silva, 2001; Zager, 1994) apresentaram níveis muito diferentes de impulsividade: quando comparados com raparigas, os rapazes apresentavam níveis de impulsividade significativamente mais elevados. Outros estudos que inserem a variável auto-controlo nas diferenças de género afirmam que as raparigas apresentam níveis superiores, independentemente do tipo de amostra recolhida ou da idade estudada (LaGrange & Silverman, 1999; Hope & Chapple, 2004).

Jovens delinquentes exibem frequentemente um fraco controlo da impulsividade, a par do comportamento antissocial, da falta de expressão emocional e de pouco remorso, estando estas características associadas à propensão a crimes violentos (Loper, Hoffschmidt & Ash, 2001). Para além destas, também o baixo auto-controlo, o oportunismo e a busca de sensações se apresentam como bons preditores da delinquência (Heaven, 1996).

O conceito de procura de sensações, ou *sensation seeking*, corresponde a um dos cinco traços básicos da personalidade apresentados por Zuckerman (1979) (*neuroticism*, *extraversion*, *openness*, *agreeableness* e *conscientiousness*). O autor descreve que a base psicofisiológica da tendência para a procura de sensações estará relacionada com os padrões de dopamina na actividade cerebral, traduzindo-se numa tendência dos indivíduos para experiências excitantes – na adolescência esta actividade dopaminérgica aumentará, o que possivelmente está relacionado com o aumento da busca deste tipo de sensações e experiências nesta fase de desenvolvimento (Chitas, 2010).

Os estudiosos que se têm vindo a debruçar sobre o estudo deste constructo concluem que a procura de sensações se encontra directamente relacionada com a ruptura das normas sociais (Romero, Luengo e Sobral, 2001), bem como com o envolvimento em comportamentos antissociais e delinquentes por parte dos jovens (Formiga, Aguiar e Omar, 2008)

Farrington (2007) acrescenta que o comportamento delincente pode ser explicado devido às grandes ambições de excitação, estatuto social e de objetos materiais que os jovens delinquentes (geralmente do sexo masculino) apresentam, aliadas à escassez de oportunidades de alcançar tais objetivos de forma lícita. O declínio das infracções após os 20 anos pode, por exemplo, reflectir o impacto da entrada destes jovens no mundo profissional, pelo aumento das possibilidades de alcançarem os mesmos objetivos pela via legal (*idem*, 2007).

No estudo de Formiga e colaboradores (2008), onde primordialmente investigam as diferenças de género em relação à procura de sensações, verificam que os jovens do sexo masculino apresentam níveis mais elevados de procura de sensações do que os do

sexo feminino, sendo que Omar e Uribe, em 1998, já se haviam deparado com os mesmos resultados.

Também a *empatia*, considerada a capacidade que o indivíduo possui de compreender os pensamentos e sentimentos dos outros, o que envolve processos afetivos e cognitivos fulcrais para uma interação positiva (Thompson, 1987 citado por Anastácio, 2013), tem vindo a ser considerada um importante fator de causalidade na compreensão do comportamento antissocial e agressivo (Pechorro, 2011). A influência que esta detém sobre o comportamento social positivo é inegável, e esta será tanto maior quanto precoce for o direcionamento da criança para comportamentos que se rejam de acordo com princípios e valores pró-sociais (Pavarino, Prette, & Prette, 2005).

Diversos estudos revelam a importância da aquisição de competências empáticas: Garaigordobil e Maganto (2011), num estudo sobre a relação entre a empatia e a resolução de conflitos na infância e na adolescência, encontraram uma correlação positiva entre empatia e a resolução cooperativa de conflitos; por sua vez, níveis baixos de empatia estavam relacionados com a resolução agressiva de conflitos.

A empatia é também considerada uma importante influência nas escolhas morais (Valdesolo & Desteno, 2006). Desta forma, assente na premissa de que os défices nos afectos empáticos prejudicarão o amadurecimento da moralidade e, como consequência, conduzirão a um envolvimento em comportamentos delinquentes (Nichols, 2002), a empatia terá um papel fundamental na predição da delinquência, na medida em que baixos níveis desta variável estão associados à imaturidade moral e aos comportamentos antissociais (Eisenberg, 2000; Barriga, Sullivan-Cosetti & Gibbes, 2009).

Quanto a diferenças de género, a literatura indica que por norma as mulheres são mais empáticas do que os homens, sendo que o padrão de vinculação segura apresenta valores médios de empatia cognitiva superiores ao padrão de vinculação ansioso (Martins, 2014). À medida que o indivíduo, enquanto criança, vai desenvolvendo a capacidade de compreender o estado físico, social ou emocional do outro, mesmo que este se encontre numa posição diferente da sua, desenvolve também a sua capacidade de ser empático (Griffin-Shirley & Nes, 2005).

É no seio familiar que esta competência começa a ser treinada (Szalavitz & Perry, 2010), tornando-se um forte preditor da conduta social positiva, o que é essencial para o desenvolvimento de padrões de pensamento e comportamento em concordância com as normas sociais (Garaigordobil & Maganto, 2011).

De acordo com Cohen (1982), existe uma associação negativa entre as dimensões cognitiva e afectiva da empatia e atitudes agressivas e antissociais de adolescentes. Kemp, Overbeek, Wied, Engels e Scholte (2007) acrescentam que o nível de empatia afectiva está negativamente associado com a delinquência em ambos os sexos.

Partindo da premissa de que cada ser humano sente a necessidade de se integrar de acordo com as condições do meio ambiente, encontrando equilíbrio na forma de como o próprio meio envolvente o compensa nas suas necessidades mais íntimas e particulares, é esperado que o contexto em que se insere lhe crie ou facilite as condições necessárias ao seu crescimento e desenvolvimento individual. Assim sendo, Bandres e colaboradores reconhecem a adaptação à escola como o símbolo desse equilíbrio particular (1985 citado por Lourenço e Paiva, 2006). Quando o indivíduo, por dificuldades individuais (ex. dificuldade de aprendizagem) ou porque o contexto não o integra de forma conveniente, por exemplo, exigindo demasiado (ex. escola), é gerado um desajuste: neste caso em específico, o desajuste escolar (*idem*, 2006). Na verdade, o envolvimento na formação académica ou profissional surge entre as variáveis protectoras de um percurso delinquente (Moffit, Caspi, Belsky e Silva, 1992; Moffit, 1993), adquirindo por isso particular importância.

Adicionalmente, Cheung (1997 citado por Lourenço & Paiva, 2006) salienta que quando os adolescentes se deparam com uma experiência escolar frustrante (ex.: dificuldades curriculares, falta de afecto e/ou rotulagem negativa por parte dos professores, ou grande competição entre os alunos), esta pode facilitar ou mesmo levar os jovens a ingressar no mundo. Mais tarde, num estudo sobre os fatores de risco na violência juvenil, Farrington (2002) verificou que a baixa inteligência e o desempenho escolar deficiente operavam como fatores psicológicos explicativos da delinquência juvenil no sexo masculino. Mullies, Cornile e Huver (2004), preocupando-se em conhecer os possíveis preditores da delinquência, confirmaram que baixos níveis de sucesso académico e pouca esperança no futuro estariam positivamente associados a comportamentos antissociais em jovens do sexo feminino.

Sob um outro ponto de vista, Rosebaum e Lasley (1990) apresentam o comprometimento e a vinculação com a escola como um dos fatores responsáveis por uma maior diminuição dos atos delituosos no caso dos jovens do sexo masculino, comparativamente com as do sexo feminino.

No que concerne ao comportamento antissocial violento, sabemos que os estudos epidemiológicos se referem maioritariamente aos jovens delinquentes do sexo masculino (Loeber *et al.*, 2000; Rescorla *et al.*, 2007), o que poderá, de acordo com Crick e colaboradores (2006 citado por Calvete, 2008), ser um dos fatores responsáveis pela negligência do sexo feminino nos estudos sobre a delinquência. Assim, e ainda que a taxa de delinquência no sexo masculino seja muito superior à do sexo feminino, esta tem claramente aumentado (Junger-Tas, Ribeaud & Cruyff, 2004).

Estudos recentes têm vindo a identificar diferenças de género em relação ao tipo de comportamento antissocial (Hadjar, Baier, Boehnke, & Hagan, 2007; Junger-Tas, Ribeaud & Cruyff, 2004; Lay *et al.*, 2005). Por um lado, Laberge (1990) caracterizam as jovens delinquentes do sexo feminino essencialmente pelos crimes contra a propriedade, através do furto simples e da fraude (onde as diferenças de género se revelam já reduzidas, sendo que os jovens do sexo masculino continuam com maior prevalência desses comportamentos), embora também se verifique um aumento significativo da participação em crimes que requerem o uso de violência – ainda que, quando comparada com níveis apresentados pelo género masculino, esta seja residual. Para além do tipo de crimes contra a propriedade, no tipo de delitos cometidos por jovens do sexo feminino incluem-se também crimes de natureza sexual, essencialmente ligados à prostituição (como o lenocínio¹); e os crimes ligados ao mercado ilícito das drogas, como o consumo e tráfico de estupefacientes (Hatch & Faith, 1990). Por outro lado, temos os jovens do sexo masculino com uma maior prevalência em furtos, agressões, absentismo escolar e atos de destruição ao longo do desenvolvimento (Kazdin & Buela-Casal, 1998; Barker & Adamst, 1962).

Como foi sendo explorado ao longo desta introdução ao fenómeno da delinquência juvenil feminina, a relevância deste tema só existirá perante uma desconstrução social e científica dos parâmetros que a têm retratado. Quando a mulher emerge na delinquência, é representada através da perpetuação de imagens e representações estereotipadas – retratadas através de lentes masculinas – que sexualizam, biologizam e patologizam um fenómeno que, camuflado por uma *gender-blindness*, vai mantendo a *figura feminina invisível nos cenários da delinquência* (Duarte, 2012, p.121). Quando retratada como vítima, a mulher torna-se invisível como agressora, o que *evidencia a influência protectora dos papéis que a sociedade atribui à figura feminina e que tem vindo a explicar mais a sua conformidade do que a propensão para a delinquência*. (Duarte, 2012, p. 121).

¹ Lenocínio – Quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição (Artigo 169º do Código Penal).

Pela voz de Foucault, indo de encontro a esta invisibilidade muda de que se tem revestido a compreensão criminológica da mulher, reafirmamos a urgência de um corpo próprio e visível:

I'm not making a problem out of a personal question; I make of a personal question an absence of a problem.

(Foucault, 1971).

Capítulo II – Estudo empírico

1. Objetivos de investigação

O presente capítulo assume um cariz empírico, comparativo e quantitativo, cujo principal objetivo se prende com o estudo dos fatores de risco na delinquência juvenil. Paralelamente, e considerando os fatores de risco a serem investigados, tentaremos também perceber se o género é ou não um elemento que influencia as restantes variáveis em estudo, ou seja, se o género *per si* representa um fator de risco.

Neste sentido, esta investigação será constituída por uma comparação entre dois grupos de participantes de ambos os sexos – jovens delinquentes vs jovens não delinquentes – onde serão analisadas variáveis familiares (estrutura familiar e vinculação) e variáveis individuais (impulsividade, procura de sensações, empatia e insucesso escolar e tipo de comportamento antissocial) no sentido de conceber resultados generalizáveis acerca dos fatores que explicam, ou não, a delinquência juvenil em Portugal.

2. Hipóteses de investigação

2.1. Variáveis individuais: estrutura e funcionamento familiar

Hipótese 1. Em relação às variáveis familiares (estrutura e funcionamento familiar) os jovens não delinquentes diferem significativamente dos jovens delinquentes: os primeiros pertencem maioritariamente a famílias intactas em contraste com as famílias desestruturadas dos segundos; e apresentam também valores mais positivos no que respeita ao funcionamento familiar (níveis mais elevados na subescala da confiança e comunicação, em relação a ambos os pais, e mais baixos na subescala da alienação) quando comparados aos jovens delinquentes.

2.2. Variáveis individuais: impulsividade, procura de sensações, empatia, insucesso escolar.

Hipótese 2. Em relação às características de personalidade (impulsividade e procura de sensações) e ao insucesso escolar os jovens delinquentes apresentam níveis mais elevados que os jovens não delinquentes.

Hipótese 3. Os jovens não delinquentes são mais empáticos, cognitivamente e afectivamente, do que os jovens não delinquentes.

2.3. Diferenças de género na delinquência juvenil

Hipótese 4. Os jovens delinquentes não apresentam diferenças de género no que toca às variáveis familiares (estrutura e funcionamento familiar); e, a baixa perceção de segurança no vínculo familiar está associada a um maior envolvimento em comportamentos antissociais nos jovens do sexo masculino.

Hipótese 5. Em relação às características de personalidade (impulsividade e procura de sensações) e ao insucesso escolar os jovens delinquentes do sexo masculino apresentam níveis mais elevados do que os do sexo feminino; e níveis elevados nestas características de personalidade levam a comportamentos antissociais mais violentos em ambos os sexos.

Hipótese 6. Os jovens delinquentes do sexo feminino são mais empáticos (cognitivamente e afectivamente) do que os do sexo masculino; e os baixos níveis de empatia estão associados ao envolvimento em crimes mais violentos, em ambos os sexos.

Hipótese 7. Os jovens delinquentes do sexo masculino envolvem-se em comportamentos antissociais mais violentos do que os do sexo feminino, sendo que as raparigas se envolvem maioritariamente em crimes contra a propriedade.

3. Método

3.1. Amostra

O grupo final ficou constituído por 164 participantes, sendo que desse total, 84 participantes ($M=16.46$ anos; $DP=1.41$ anos; amplitude=13-19 anos) foram provenientes dos Centros Educativos do Ministério da Justiça e constituíram o grupo de *jovens delinquentes* – onde 22 sujeitos pertenciam ao sexo feminino ($M=16.64$; $DP=1.33$; amplitude = 13-18 anos) e 62 ao sexo masculino ($M=16.40$; $DP=1.44$; amplitude 13-19); e 80 participantes ($M=15.40$ anos; $DP=1.50$ anos; amplitude=12-18 anos) foram provenientes de estabelecimentos de ensino públicos de Portugal continental e constituíram o grupo de *jovens não delinquentes* – 40 sujeitos do sexo feminino ($M=15.48$; $DP=1.66$; amplitude=12-18) e 40 do sexo masculino ($M=15.33$; $DP=1.33$; amplitude=12-18).

3.2. Instrumentos

O instrumento divide-se em duas partes, sendo que a *parte primeira*, consiste na Caracterização Sociodemográfica, Inventário de Vinculação para os Pais e Pares e Escala de Empatia Básica; e, a *parte segunda*, integra a Escala da Impulsividade, Escala de Procura de sensações e Escala de tipo comportamentos antissociais (*cf. Anexo II*).

3.2.1. Parte primeira

3.2.1.1. Caracterização Socio-demográfica

Em primeiro lugar construiu-se um questionário descritivo das características socio-demográficas dos participantes. Este incluiu questões como a idade, o sexo, o ano lectivo a frequentar, o número de insucessos escolares e a estrutura familiar.

3.2.1.2. Inventário de Vinculação para os Pais e Pares - IPPA

Seguidamente, com o propósito de apurar os padrões de vinculação dos jovens incluiu-se o *Inventário de Vinculação para os Pais e Pares* (IPPA) desenvolvido por Armsden e Greenberg (1987), e traduzido pelo Professor Manuel Geada, da Universidade de Lisboa (1990). Embora o instrumento não tenha sido construído para diferenciar os

padrões clássicos de vinculação descritos por Ainsworth e colaboradores, avalia de modo apropriado a *segurança/insegurança* ressentida na relação com as figuras significativas (pais ou pares)(Armsden & Greenberg, 1987).

O IPPA é constituído por 75 itens equitativamente divididos em três dimensões - vinculação com a mãe, pai e amigos. Sendo que a presente investigação pretende apenas averiguar os estilos de vinculação dos jovens em relação aos pais, somente as duas primeiras dimensões serão aplicadas. No que toca à descrição do Inventário, os itens do instrumento estão classificados segundo uma escala Likert de 5 pontos, variando de 1 (quase nunca ou nunca) a 5 (quase sempre ou sempre). Para além disso, os itens originais do instrumento são organizados em três subescalas: a subescala de Confiança (composta pelos itens 1, 2, 3, 4, 9, 12, 13, 20, 21 e 22), que mede o grau de compreensão e respeito mútuo na relação de vinculação; a subescala de Comunicação (composta pelos itens 5, 6, 7, 14, 15, 16, 19, 24 e 25), que calcula a qualidade e extensão de comunicação falada na relação de vinculação e a subescala de Alienação (composta pelos itens 8, 10, 11, 17, 18 e 23), que avalia sentimentos de raiva e alienação interpessoal (Armsden & Greenberg, 1987). Para fiel cotação da escala, recorreremos à recodificação dos itens 3, 6, 8, 9, 10, 11, 14, 17, 18 e 23 (*reverse-scored*), obtendo, desta forma, concordância.

Com o intuito de analisar a consistência interna do instrumento (IPPA) para esta amostra em específico, recorreremos à análise da confiabilidade da escala, sendo que os valores referentes ao coeficiente alfa de Cronbach revelaram-no consistente. Assim, para o total da escala temos valores de alfa de .90 e .93, em relação à mãe e ao pai, respectivamente; a *escala de confiança* apresenta valores como .77 e .90, idem; e a *escala de comunicação* exibe valores de .83 e .90, idem; e a *escala de alienação* com valores de .63 e .78, idem.

3.2.1.3. Escala de Empatia Básica

A Escala de Empatia Básica (Jolliffe & Farrington, 2006; versão portuguesa: Nobre Lima, Rijo, & Matias, 2012) foi introduzida com o objetivo de avaliar o nível de empatia dos participantes. É constituída por 20 itens que se encontram subdivididos em dois fatores – *empatia cognitiva* (composta pelos itens 3, 6, 9, 10, 12, 14, 16, 19 e 20) e *empatia afectiva* (composta pelos itens 1, 2, 4, 5, 7, 8, 11, 13, 15, 17 e 18). Os itens deste instrumento são igualmente classificados pelo recurso à escala de Likert - variando entre 1 (Discordo totalmente) e 5 (Concordo totalmente). Dada a sua subdivisão, a escala

permite não só calcular o nível total de empatia, como também os níveis de empatia cognitiva e afectiva, assumindo-se que, quanto maior for o valor obtido, maior será o grau de empatia (Matias, 2012).

No sentido de cotar com total concordância a escala, os itens 1, 6, 7, 8, 13, 18, 19 e 20 (*reverse-scored*) foram recodificados.

No que concerne à consistência interna desta escala (BES) para a amostra em questão recorremos, uma vez mais, ao alfa de Cronbach para o efeito. A análise apresentou bons índices de confiabilidade, sendo que para o total da escala o valor de alfa é de .87; para o fator *empatia cognitiva* de .79; e para o fator *empatia afectiva* de .67.

Com o intuito de eliminar algumas variáveis parasitas – como o cansaço, a falta de atenção e concentração perante um questionário relativamente extenso - no final da primeira parte sugere-se uma pausa de 5 minutos.

3.2.2. Parte segunda

Seguem-se os instrumentos seleccionados para medir as variáveis *impulsividade*, *procura de sensações* e *tipo de comportamento antissocial*, todos retirados de um estudo elaborado por Chitas, em 2010, no âmbito dos fatores de risco e de protecção associados ao consumo de droga em jovens.

3.2.2.1. Escala de Impulsividade

A *Escala de Impulsividade* foi conseguida por Wills e colaboradores entre 1986 e 2007, no decurso de diferentes investigações. Enquadra-se no quadro do “*comportamento individual*” dos participantes e integra, originalmente, nove escalas relacionadas com as competências pessoais e sociais. Dessas nove escalas, cinco dizem respeito ao *Bom Autocontrolo* (escala de calma; escala de planeamento; escala de bom adiamento da gratificação; escala de coping comportamental e coping redefinição da situação) e quatro estão relacionadas com o *Mau autocontrolo* (escala da impulsividade; escalas de coping-raiva e coping-tensão).

Na sua tese de doutoramento, Chitas (2010) excluiu 7 dos 15 itens da escala inicial da impulsividade, dividindo os restantes 8 itens em dois fatores: o primeiro inclui cinco itens relacionados com a dificuldade do sujeito em controlar o seu comportamento,

agindo sem mediar a ação através do pensamento; e, o segundo fator, que inclui os três restantes itens, abrange a noção de gestão descontrolada do dinheiro.

De forma análoga às supracitadas escalas, também a *Escala de Impulsividade* apresenta bons índices de consistência interna ($\alpha = .84$).

3.2.2.2. Escala de Procura de Sensações

Esta escala constitui uma versão reduzida da escala de *Sensation Seeking* (Versão V, Zuckerman, 1978). Num estudo comparativo da estrutura fatorial da escala realizado junto de uma população de origem Americana e Inglesa, Zuckerman (1978) aponta para quatro dimensões do constructo: a primeira dimensão - *Thrill and Adventure Seeking* – relaciona-se com o desejo de envolvimento em desportos e outras actividades que compreendem perigo e velocidade; a segunda dimensão – *Experience Seeking* – diz respeito à procura de experiências através da mente, sentidos, viagens e estilo de vida não conformista; a terceira dimensão – *Desinhibition* - reporta-se ao desejo de desinibição social e sexual expresso a partir do uso do álcool, participação em festas excitantes e variedade de parceiros e experiências sexuais; a quarta dimensão - *Boredom Susceptibility* - encontra-se relacionada com a intolerância à rotina, repetição, às pessoas previsíveis e aborrecidas e aos sentimentos de desconforto quando não existe mudança (Chitas, 2010).

A escala utilizada no presente estudo, constitui uma versão reduzida da forma V da escala de Zuckerman (1978), utilizada por Chitas (2010), tendo sido seleccionado um total de oito itens, dois itens de cada uma das dimensões identificadas por Zuckerman.

A análise da confiabilidade desta escala para a amostra em questão, apresenta, mais uma vez, bons índices de consistência interna ($\alpha = .76$).

3.2.2.3. Escala do Tipo de Comportamento Antissocial

Em relação à variável *tipo de comportamento antissocial*, o questionário inclui um conjunto de indicadores sobre comportamentos antissociais, que foram agrupados por diferentes autores (Hawkins, 1998; Jessor, Donovan & Costa, 1988 citado por Chitas, 2010) e, primeiramente referidos num estudo de Cooper, Shaver e Collins (1998) sobre a relação entre os estilos de vinculação e o ajustamento social nos adolescentes. Este instrumento propõe-se a avaliar três dimensões: 1) *delinquência violenta* (composta pelos itens 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 26), que abrange itens relativos às lutas de gangs,

agressões físicas a outra pessoa, ao ponto de necessitar de tratamento médico, uso de armas para ameaçar ou agredir alguém; 2) *crimes contra a propriedade* (composta pelos itens 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25), que engloba os itens que se referem ao ato de forçar a entrada numa propriedade alheia, incendiar carros, danificar imóveis, materiais e equipamentos, furtar artigos em lojas; e, 3) *indisciplina* (composta pelos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9) onde se incluem os problemas na escola ou em casa como suspensão ou expulsão da escola, fugas de casa, ficar uma noite fora de casa sem autorização dos pais (do item 1 ao 9) (Chitas, 2010).

Esta escala revela também bons índices de consistência interna para a nossa amostra, sendo que o valor alfa de Cronbach para o total da escala é de .97; para a *delinquência violenta* é de .91; para *crime contra a propriedade* é de .93; e *indisciplina* com valores de .90.

3.3. Procedimento

O leque etário para participação das jovens na investigação foi previamente estabelecido entre os 12 anos e os 21 anos dado ser esse o intervalo etário abrangido pela Lei Tutelar-Educativa no sistema judicial português.

Cada questionário aplicado foi precedido por um termo de consentimento informado, em que era dado conhecimento do carácter confidencial e voluntário de participação.

3.3.1. Grupo de Jovens Delinquentes

Num primeiro momento, entramos em contato com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), com o intuito de conseguir a autorização necessária à aplicação dos questionários nos Centros Educativos (*cf. Anexo I*).

Os questionários foram aplicados em quatro Centros Educativos², sendo que dois deles são os únicos Centros Educativos em Portugal que detêm jovens do sexo feminino.

² Centros Educativos abarcados pelo estudo: Santo António, Porto (Jovens do sexo masculino); Mondego, Guarda (Jovens do sexo masculino); Bela Vista e Navarro de Paiva, Lisboa (Jovens do sexo feminino).

3.3.2. Grupo de Jovens não Delinquentes

A aplicação dos questionários a jovens que se encontram a frequentar o ensino regular (jovens não delinquentes) foi realizada através de um formulário online: para facilitar a heterogeneidade da amostra (Seidman, 1998).

Desta forma, a selecção da amostra foi do tipo “bola de neve”, na qual um participante indica outros e assim por diante (Seidman, 1998).

4. Resultados

4.1. Análises diferenciais

Uma vez que a amostra não cumpriu os critérios de normalidade, foram realizados testes não paramétricos (Teste de Qui-quadrado de Pearson, Phi de Pearson, V de Cramér e Teste U de Mann-Whitney) para comparação entre as variáveis.

4.1.1. Variáveis familiares: estrutura e funcionamento familiar

4.1.1.1. Estrutura familiar

Hipótese 1. Com o objetivo de testar a hipótese primeira, no que diz respeito à estrutura familiar dos jovens dos diferentes grupos (delinquentes *versus* não delinquentes), recorreremos ao teste de diferenças Qui-quadrado de Pearson (alternativa não paramétrica ao teste t-student) e às medidas de associação Phi de Pearson e V de Cramér. Verificamos que, como descrito na *Tabela 1*, os jovens delinquentes diferem significativamente dos jovens não delinquentes no que toca à composição familiar.

Tabela 1. Diferenças na composição familiar

	Valor	Df	Significância
Qui-quadrado de Pearsdon	42.53	4	.000***
Phi	.509		.000***
V Cramér	.509		.000***

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Para melhor elucidar as diferenças entre ambos os grupos, passamos à caracterização da composição familiar dos jovens participantes: apenas um terço dos

jovens delinquentes vivem com ambos os pais ($M=33,3$; $DP = 1, 41$) enquanto outro terço vive somente com um dos progenitores ($M=33,3$; $DP = 1, 41$). No que ao jovens não delinquentes diz respeito, temos que a maioria vive com ambos os pais ($M=82,5$; $DP=0,82$).

No sentido de perceber os níveis de (in)segurança percebidos pelos adolescentes relativamente ao funcionamento familiar recorremos ao teste de comparação de médias de Mann-Whitney (alternativa não paramétrica ao teste t para amostras independentes).

Tabela 2. Médias ordenadas para a vinculação à mãe e ao pai

	Delinquentes (N=84)	Não delinquentes (N=80)	Mann-Whitney U	Sig.
<i>Médias ordenadas</i>				
Vinculação à mãe				
Escala de confiança	34.50	36.00	.218	.035*
Escala de comunicação	29.00	29.00	.966	.630
Escala de alienação	17.50	18.50	.650	.339
Vinculação ao pai				
Escala de confiança	31.50	35.00	.277	.020*
Escala de comunicação	22.00	23.00	.985	.202
Escala de alienação	16.00	18.50	.029	.003**

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

De acordo com a tabela 2 verificamos que, em relação à mãe, os grupos (jovens delinquentes *versus* não delinquentes) apenas diferem significativamente no que toca à *escala de confiança* ($Z(U) = .218$, $p = .035$), traduzindo-se em percepções de confiança mais elevadas nos jovens não delinquentes ($\tilde{x} = 36.00$) do que pelos jovens delinquentes ($\tilde{x} = 34.50$).

De forma análoga, também os jovens delinquentes diferem significativamente dos não delinquentes na *escala de confiança* ($Z(U) = .277$, $p = .020$), no que ao pai diz respeito. Para além disso, constatamos ainda que na *escala de alienação* ($Z(U) = .029$, $p = .003$), os grupos também diferem significativamente entre si, sendo que o grupo de jovens não delinquentes ($\tilde{x} = 16.00$) aparenta sentir-se mais alienado em relação ao pai do que o grupo de jovens não delinquentes ($\tilde{x} = 18.50$).

4.1.2 Variáveis individuais: Impulsividade, Procura de sensações, Empatia, Insucesso escolar

Hipótese 2. Para avaliar a variável *impulsividade* acedemos, mais uma vez, ao teste Mann-Whitney. A partir da análise da tabela 3 verificamos que os jovens delinquentes apresentam níveis de impulsividade significativamente superiores aos dos jovens não delinquentes ($Z(U) = .000$, $p = .000$).

No que respeita à análise da variável *procura de sensações* recorremos ao teste Mann-Whitney para comparação de médias. Como exposto na tabela 3, concluímos que os jovens delinquentes diferem significativamente dos jovens não delinquentes ($Z(U) = .026$, $p = .008$), sendo que os primeiros apresentam níveis de procura de sensações mais elevados (Mediana = 30.00).

Tabela 3. Médias ordenadas para a impulsividade e procura de sensações

	Delinquentes (N=84)	Não delinquentes (N=80)	Mann-Whitney <i>U</i>	Sig.
<i>Médias ordenadas</i>				
Escala de Impulsividade	23.00	16.00	.000	.000***
Escala de Procura de sensações	30.00	27.00	.026	.008**

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

No sentido de analisar as diferenças entre os jovens dos diferentes grupos (delinquentes *versus* não delinquentes) em relação ao aproveitamento escolar, recorremos ao teste de diferenças Qui-quadrado de Pearson (alternativa não paramétrica ao teste t-student) e às medidas de associação Phi de Pearson e V de Cramér. Verificamos que, como descrito na tabela 4, os jovens delinquentes diferem significativamente dos jovens não delinquentes no que concerne ao insucesso escolar ($\chi^2(4)=77.82$; $p < .05$), sendo que são os jovens delinquentes os que apresentam níveis mais baixos de aproveitamento escolar (ver tabela 5).

Tabela 4. Diferenças no insucesso escolar

	Valor	Df	Significância
Qui-quadrado de Pearsdon	77.812	4	.000
Phi	.689		.000
V Cramér	.689		.000

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Para melhor elucidar as diferenças entre os grupos, na tabela 5 apresentamos as estatísticas descritivas de ambos os grupos no que toca à taxa de reprovação no ensino regular.

Tabela 5. Estatísticas descritivas relativas à variável insucesso escolar

	Não	Sim, 1 vez	Reprovado			Total
			Sim, 2vezes	Sim, 3vezes	Sim, 4vezes	
Delinquentes	3	15	34	22	10	84
Não Delinquentes	53	6	18	3	0	80
Total	56	21	52	25	10	164

Hipótese 3. Para avaliação da variável *empatia* e das suas subescalas recorreremos ao teste Mann-Whitney para a comparação de médias (alternativa paramétrica ao teste t para comparação de médias). Como é possível verificar a partir da análise da tabela 6, os resultados obtidos confirmaram diferenças significativas entre os jovens delinquentes e não delinquentes no que toca ao total da escala ($Z(U) = .087$, $p = .026$) e à subescala *empatia afectiva* ($Z(U) = .003$, $p = .001$); sendo que são os jovens delinquentes os que apresentam níveis mais baixos de empatia total ($\bar{x} = 70.00$) e de empatia afectiva ($\bar{x} = 29.00$).

Tabela 6. Médias ordenadas para a empatia

	Delinquentes (N=84)	Não delinquentes (N=80)	Mann- Whitney <i>U</i>	Sig.
<i>Médias ordenadas</i>				
Empatia				
Empatia cognitiva	41.00	40.00	.530	.938
Empatia afectiva	29.00	32.00	.003	.001**
Empatia total	70.00	75.00	.087	.026*

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

4.1.3 Diferenças de género na delinquência juvenil

Com recurso ao teste Mann-Whitney e ao Qui-quadrado de Pearson na análise das variáveis em estudo no sentido de perceber as diferenças de género dentro dos jovens delinquentes, deparamo-nos com diferenças não significativas na grande maioria das variáveis (tabela 9).

Hipótese 4. Em primeiro lugar, relativamente às diferenças de género dentro do grupo de jovens delinquentes para a *estrutura familiar*, não se encontram diferenças significativas ($\chi^2(4)=8,5$; $p>.05$), o que significa que tanto os jovens delinquentes do sexo feminino como do sexo masculino vivem, na sua grande maioria, em famílias desestruturadas.

No que concerne às percepções de segurança em relação aos vínculos que partilham com ambos os pais, também as diferenças não se revelaram significativas. Porém, as jovens delinquentes que se sentem mais alienadas em relação à figura paterna, tendem a cometer crimes mais violentos ($Z(U) = .446$, $p = .037$)

Hipótese 5. Como é possível observar na tabela 9 verificamos também que não se constata diferenças significativas nas variáveis individuais *impulsividade* e *procura de sensações*, sendo que tanto os jovens delinquentes do sexo feminino como do masculino apresentam níveis elevados em ambas.

No sentido de analisar as diferenças de género dentro do grupo de jovens delinquentes em relação ao aproveitamento escolar, recorremos ao teste de diferenças Qui-quadrado de Pearson (alternativa não paramétrica ao teste t-student) e às medidas de associação Phi de Pearson e V de Cramér. Apuramos que, como descrito na tabela 7, os jovens delinquentes do sexo masculino diferem significativamente dos jovens do sexo feminino no que toca ao insucesso escolar ($\chi^2(4)=77.82$; $p<.05$), sendo que são os jovens delinquentes do sexo masculino os que apresentam níveis mais baixos de aproveitamento escolar (ver tabela 7).

Tabela 7. Diferenças de género no insucesso escolar

	Valor	Df	Significância
Qui-quadrado de Pearsdon	15.130	4	.004**
Phi	.424		.004**
V Cramér	.424		.004**

* $p<.05$; ** $p<.01$; *** $p<.001$

Para melhor elucidar as diferenças de género, na tabela 8 apresentamos as estatísticas descritivas de ambos os grupos no que toca à taxa de reprovação no ensino regular.

Tabela 8. Estatísticas descritivas relativas às diferenças de género no insucesso escolar

	Não	Sim, 1 vez	Reprovado			Total
			Sim, 2vezes	Sim, 3vezes	Sim, 4vezes	
Sexo Feminino	2	8	7	1	4	22
Sexo Masculino	1	7	27	21	6	62
Total	3	15	34	22	10	84

Hipótese 6. Em relação à *empatia* encontramos diferenças significativas entre os grupos tanto no total da escala ($Z(U) = .062, p = .019$) como na subescala empatia afectiva ($Z(U) = .018, p = .004$), sendo que as jovens delinquentes do sexo feminino apresentam níveis mais elevados de empatia total ($\bar{x} = 76.00$) e de empatia afectiva ($\bar{x} = 32.00$) do que os rapazes ($\bar{x} = 30.50; 28.00$; respectivamente) (ver tabela 9).

Hipótese 7. No que ao *tipo de comportamentos antissociais* cometidos pelo grupo de jovens delinquentes dos diferentes sexos diz respeito, não constatamos diferenças significativas na maioria das suas dimensões (indisciplina; delinquência violenta; total da escala). Porém, no que concerne aos crimes contra a propriedade verificam-se diferenças significativas entre os sexos ($Z(U) = .082, p = .041$), sendo que os jovens delinquentes do sexo masculino ($\bar{x} = 41.50$) cometem crimes contra a propriedade com maior frequência que os do sexo feminino ($\bar{x} = 26.50$) (ver tabela 9).

Passamos a analisar as estatísticas descritivas expondo, por ordem decrescente de frequência, o tipo de comportamentos antissociais cometidos pelas jovens delinquentes do sexo feminino: indisciplina ($M=33.59; DP=11.67$), crimes contra a propriedade ($M=29.73; 15.36$) e delinquência violenta ($M=24.91; DP=12.61$); e, pelos jovens do sexo masculino: crimes contra a propriedade ($M=38.76; DP=18.32$), indisciplina ($M=38.05; DP=13.46$) e delinquência violenta ($M=25.56; DP=12.12$).

Tabela 9. Médias ordenadas para as diferenças de género

	Sexo feminino (N=22)	Sexo masculino (N=62)	Mann-Whitney U	Sig.
<i>Médias ordenadas</i>				
Vinculação à mãe				
Escala de confiança	33.50	35.00	.457	.398
Escala de comunicação	25.00	29.00	.552	.197
Escala de alienação	17.50	17.50	.804	.523
Vinculação ao pai				
Escala de confiança	32.50	31.00	.804	.188
Escala de comunicação	23.00	21.00	.991	.195
Escala de alienação	17.00	15.00	.705	.139
Impulsividade	23.00	23.00	.887	.401
Procura de sensações	29.50	30.50	.394	.170
Empatia				
Empatia afectiva	32.00	28.00	.018	.004**
Empatia cognitiva	43.00	40.00	.255	.241
Empatia total	76.00	30.50	.062	.019*
Tipo de comportamentos antissociais				
Indisciplina	32.50	35.50	.906	.278
Delinquência violenta	24.00	24.00	.991	.835
Crimes contra a propriedade	26.50	41.50	.082	.041*
Total	89.50	108.50	.215	.159

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

4.2 Análises correlacionais

Tendo em conta o não-cumprimento dos critérios de normalidade da amostra, recorreremos ao teste de coeficiente de correlação ordinal de Spearman com o intuito de explorar a existência de relações significativas entre as variáveis.

Hipótese 5. Com recurso ao teste de coeficiente de correlação ordinal de Spearman verificamos que a impulsividade se correlaciona significativamente com os comportamentos antissociais caracterizados pela indisciplina, tanto nos jovens

delinquentes do sexo masculino ($r_s = -.318$; $p = .012$) como nos do sexo feminino ($r_s = -.614$; $p = .002$).

No que toca à variável individual procura de sensações os resultados somente se mostram significativos em relação aos jovens delinquentes do sexo masculino, sendo que se verifica uma correlação significativamente positiva entre a procura de sensações e todas as dimensões do comportamento antissocial: indisciplina ($r_s = -.326$; $p = .010$); crimes contra a propriedade ($r_s = -.257$; $p = .044$); e delinquência violenta ($r_s = -.304$; $p = .016$).

Hipótese 6. No que concerne à análise correlacional entre os níveis de empatia e o tipo de comportamentos anti-sociais cometidos pelos jovens delinquentes de ambos os sexos, os resultados apenas se verificaram significativos no que ao sexo feminino diz respeito (ver tabela 10). Desta forma, apuramos que baixos níveis de empatia total nos jovens delinquentes do sexo feminino estão significativamente relacionados com um maior envolvimento em comportamentos antissociais inseridos nas dimensões da indisciplina ($r_s = -.450$; $p = .036$) e da delinquência violenta ($r_s = -.452$; $p = .035$). Para além disso, constatamos ainda uma correlação negativa entre a subescala da empatia cognitiva e o tipo de comportamentos antissociais associados à indisciplina ($r_s = -.446$; $p = .037$), o que implica que os jovens delinquentes do sexo feminino com níveis de empatia cognitiva inferiores se envolvam com maior facilidade em comportamentos caracterizados pela indisciplina.

Tabela 10. Correlações entre a empatia e o comportamento antissocial

	Comportamento antissocial	Indisciplina	Crimes contra a propriedade	Delinquência violenta
Sexo Feminino				
Empatia Total		-.450*	-.113	-.452*
Empatia cognitiva		-.446*	-.077	-.392
Empatia afectiva		-.130	-.012	-.174
Sexo Masculino				
Empatia Total		.086	.051	.005
Empatia cognitiva		.163	.097	.074
Empatia afectiva		-.113	-.135	-.178

* $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

5 Discussão de resultados

Partindo da análise de resultados acima exposta, é então necessária a interligação destes dados com o referencial académico apresentado no enquadramento teórico, para que se abram hipóteses interpretativas sobre o desenho dos dados quantitativos encontrados.

Confirmando a primeira hipótese lançada nos objetivos de investigação, os jovens delinquentes vivem, na sua grande maioria, em famílias estruturalmente desorganizadas, contrastando com os jovens não delinquentes que pertencem, maioritariamente, a famílias intactas. A posição de Martin e colaboradores (2008) é assim reforçada quando consideram a estrutura familiar um fator de risco na delinquência juvenil; para além disso, Barker e Adamst (1962), de forma análoga aos resultados obtidos no presente estudo, indicam estudos em que apenas um terço dos jovens delinquentes vivia em famílias intactas.

No que concerne ao funcionamento familiar, a nossa hipótese levanta uma interessante discussão em torno da forma como os jovens delinquentes percebem as suas figuras de vinculação: se, por um lado, os jovens não delinquentes sentem maior confiança nos vínculos estabelecidos com ambos os pais do que os delinquentes, não se verificando diferenças significativas na subescala da comunicação, tanto em relação à mãe como ao pai; por outro, existem diferenças significativas na subescala de alienação, onde são os jovens delinquentes que, mesmo sentindo níveis de confiança mais baixos, exibem menos sentimentos de ambivalência em relação à figura parental.

Aliando os resultados supracitados à composição familiar dos dois grupos – que revelam que 77% dos jovens delinquentes não vive com, pelo menos, um dos progenitores e que 85% dos jovens não delinquentes vive com ambos os progenitores -, as conclusões poderão parecer inconsistentes.

Assim, na tentativa de compreender tais resultados, apoiamo-nos em Goldenberg (1991, citado por Rodrigues, 2009), quando refere que a transgressão do adolescente está, muitas vezes, associada à ausência da figura paterna no seu desenvolvimento. De facto, este marcado distanciamento da figura de vinculação parece poder conduzir, muitas vezes, a uma forte idealização e negação da realidade parental por parte dos jovens, que optam, assim, por se defenderem contra a consciência de uma realidade de carência com o recurso à *fantasia que serve de refúgio ao sofrimento* (p.77). O *enorme sentimento e revolta, que ganha força e representação no acto delinquente* (Rodrigues, 2009, p.78), poderá então ser expressão da negação de uma realidade parental alienada.

No que concerne ao postulado na terceira hipótese, no que toca aos elevados

níveis de impulsividade relativos aos jovens delinquentes, quando comparados com jovens não delinquentes, constatamos que este traço de personalidade pode ser compreendido como um factor de risco no comportamento anti-social (Daderman, 1999; White et al., 1994; Moffit, 1993; Farrington, 2002).

Quanto à característica da personalidade procura de sensações os resultados obtidos reforçam a associação entre os elevados níveis deste construto e o envolvimento dos jovens em comportamentos anti-sociais, destacando-o também como factor de risco na delinquência juvenil (Zuckerman, 1979; Heaven, 1996; Romero, Luengo e Sobral, 2001; Formiga, Aguiar e Omar, 2008).

Refletindo agora sobre os resultados relativos ao insucesso escolar, confirmamos que este pode representar um indicador expressivo da delinquência juvenil, visto que os jovens delinquentes apresentam níveis consideravelmente mais baixos que os não delinquentes. Reforçando a posição de Moffit e colaboradores (1996), confirmamos que o envolvimento na formação académica surge entre as variáveis protectoras de um percurso delinvente (Moffit, 1993; Moffit, Caspi, Belsky e Silva, 1996). A acrescentar a estes dados temos que uma experiência escolar frustrante (como consecutivas reprovações) surge como factor facilitador da delinquência (Cheung, 1997 citado por Lourenço e Paiva, 2006), o que nos indica que os jovens delinquentes parecem estar vulnerabilizados a nível escolar quando entram em contacto com o sistema de justiça (Lourenço & Paiva, 2006).

De acordo com a terceira hipótese, formulada relativamente aos diferentes níveis de empatia revelados pelo grupo de jovens delinquentes quando comparados com o grupo de jovens não delinquentes, confirmamos que, tal como revisto na literatura, níveis elevados de empatia (apresentados pelos jovens não delinquentes) estão associados a comportamentos que se regem de acordo com princípios e valores pró-sociais (Pavarino, Prette, & Prette, 2005). Por outro lado, assente na premissa de que baixos níveis de empatia estarão relacionados com a resolução agressiva de conflitos (Garaigordobil & Maganto, 2011) e, consequentemente, com comportamentos anti-sociais e delinquentes (Nichols, 2002; Eisenberg, 2000; Barriga et al., 2009), verificamos que o grupo de jovens delinquentes apresenta níveis de empatia (total e afectiva) significativamente inferiores ao grupo de jovens não delinquentes.

Segue-se a discussão dos resultados que coloca a tónica no género enquanto possível variável preditora do comportamento antissocial. Por outras palavras, tentaremos perceber se o género é ou não um elemento que influencia as variáveis em

estudo, representando assim um fator de risco na delinquência juvenil.

Confirmando a quarta hipótese lançada nos objetivos de investigação, os jovens delinquentes não apresentam diferenças de género em relação à estrutura familiar, sendo que, de forma análoga aos resultados obtidos por Barker e Adamst em 1962, apenas um terço dos jovens delinquentes pertencem a uma família intacta, contrastando com uma grande maioria a viver em famílias desestruturadas ou em instituições. Acrescentamos ainda Kierkus e Hewitt (2009), que quando se debruçaram sobre o estudo da estrutura familiar dos jovens delinquentes, também não encontraram diferenças de género.

Em relação ao estudo do funcionamento familiar não encontramos diferenças de género nas diferentes subescalas da variável vinculação. Porém, quando correlacionamos a qualidade dos vínculos com o envolvimento em comportamentos antissociais, confirmamos que nas jovens delinquentes do sexo feminino, a baixa qualidade na relação com a figura paterna (referente a níveis mais altos de alienação) aumenta a probabilidade de cometer violentos. Para uma discussão mais compreensiva, recorremos a Huebner e Betts, (2002), que também percebem os padrões de vinculação desorganizados relativos à figura paterna como um fator preditor da delinquência, embora não especifiquem os crimes violentos.

Na análise da quinta hipótese exposta, a impulsividade e a procura de sensações como características da personalidade, embora já tenham sido apontadas neste estudo como fatores de risco na delinquência juvenil, não se verificam em relação ao género: os resultados obtidos apresentam níveis elevados relativamente às duas variáveis, tanto para o sexo masculino como feminino. Em contraste com os estudos de Moffit e colaboradores (2001), bem como de Formiga (2008), não apuramos níveis mais elevados de impulsividade e procura de sensações nos jovens delinquentes do sexo masculino. Sendo assim, apesar de estas características representarem fatores preditores do comportamento antissocial, aqui o género não se diferencia como um fator de risco na delinquência juvenil.

Seguindo uma análise compreensiva da influência das características da personalidade no envolvimento em atos delinquentes por parte dos jovens, temos, primeiramente, a relação entre a impulsividade e os comportamentos antissociais, na qual os resultados afirmam uma associação positiva entre esta característica e os comportamentos antissociais de indisciplina em ambos os sexos. Apoiados na perspetiva de Farrington (2002) sobre a causalidade deste construto no comportamento delincente, é importante não descurar a relação entre a impulsividade, a indisciplina e possíveis

défices nas funções executivas no cérebro, como a atenção e a concentração, a previsão e o planeamento, a programação e a iniciação de sequências propositadas de comportamento motor, auto-monitorização, comportamentos auto-conscientes eficazes e inibição de comportamentos inadequados ou impulsivos. Como se sabe, estas funções executivas incluem a manutenção de funções intimamente ligadas à capacidade de auto-regulação do comportamento do ser humano, o que, sobretudo quando consideramos indivíduos que apresentem claras dificuldades de auto-regulação, como os delinquentes, não deve nunca ser ignorado.

No que toca à relação entre a procura de sensações e o envolvimento em comportamentos antissociais, os resultados somente se mostram significativos em relação aos jovens delinquentes do sexo masculino, sendo verificada uma correlação positiva entre a procura de sensações e todas as dimensões do comportamento antissocial. Desta forma, confirmamos, tal como no estudo de Romero, Luego e Sobral (2011), que níveis mais elevados de procura de sensações nos jovens do sexo masculino influenciam o envolvimento destes em atos delituosos. Na perspetiva de Farrington (2007) esta característica da personalidade em específico explica o comportamento delincente na medida em que tanto as grandes ambições de excitação como de estatuto social e de objetos materiais se conjugam com a limitação de oportunidades de alcançar tais objetivos de forma legal (devendo-se, muitas vezes, à própria idade que os impossibilita de, pela via profissional, conseguir os recursos necessários ao alcance de tais objetivos).

Ainda no que se refere aos resultados obtidos sobre o insucesso escolar, encontramos diferenças de género significativas, sendo que são os jovens delinquentes do sexo masculino a apresentar um aproveitamento escolar mais baixo. O insucesso escolar tem vindo a ser considerado fator de risco na delinquência juvenil, tanto no sexo masculino (Farrington, 2002) como no sexo feminino (Mullies, Cornile & Huver (2004), o que poderá explicar as elevadas taxas de reprovação de ambos os géneros. Comparando com o nosso estudo, Rosebaum e Lasley (1990) encontraram também diferenças de género na delinquência na variável insucesso escolar, onde o comprometimento e a vinculação com a escola foram tidos como os fatores responsáveis pela maior diminuição dos comportamentos delinquentes nos jovens do sexo masculino que no sexo feminino.

No sentido de discutir a sexta hipótese lançada nos objetivos de investigação, confirmamos diferenças significativas entre os géneros no que concerne à variável empatia, sendo que são os jovens do sexo feminino a apresentar níveis mais elevados da mesma (tanto na escala total como na subescala empatia afetiva). Os baixos níveis de

empatia verificados nos jovens delinquentes do sexo masculino poderão ser relacionados com um referencial teórico que considera a falta de empatia um importante fator de causalidade do comportamento antissocial (Pechorro, 2011), sugerindo-nos que, segundo esta variável em específico, o sexo masculino manifestará, possivelmente, maior risco de delinquir que o feminino.

Ainda no que concerne aos níveis de empatia e à sua relação com o tipo de comportamentos anti-socais cometidos pelos jovens delinquentes de ambos os sexos, confirmamos que estes apenas se verificaram correlacionados com o sexo feminino. Neste sentido, sabemos que baixos níveis de empatia total nas jovens do sexo feminino se relacionam com um maior envolvimento destas em comportamentos antissociais inscritos nas dimensões da delinquência violenta e da indisciplina – sendo que esta última dimensão também está relacionada com baixos níveis de empatia cognitiva. Reforçamos, desta forma, a posição de Cohen (1982) alusiva à influência da falta de empatia no envolvimento em atitudes agressivas e antissociais por parte das raparigas.

Por último, a hipótese sétima está relacionada com o tipo de comportamentos antissociais cometidos pelos jovens delinquentes dos diferentes géneros. Os resultados obtidos apontam para diferenças de género apenas nos crimes contra a propriedade, predominando nos jovens do sexo masculino, como é reforçado por Laberge (1990) pela constatação de que apesar do crime feminino estar a aumentar e ser, em grande parte, contra a propriedade, o sexo masculino ainda os comete com mais frequência.

Embora não tenham sido encontradas diferenças de género significativas nas dimensões de indisciplina e delinquência violenta confirma-se uma maior prevalência de comportamentos antissociais por parte dos jovens do sexo masculino em todas as dimensões do constructo, sendo que estes comportamentos se apresentam associados, primordialmente, ao crime contra a propriedade, seguidos da indisciplina e da delinquência violenta. Relativamente às jovens delinquentes do sexo feminino, estas envolvem-se maioritariamente em comportamentos antissociais relacionados com a indisciplina, seguidos do crime contra a propriedade e da delinquência violenta.

Capítulo III – Conclusão e considerações finais

Primordialmente, o objetivo desta dissertação de Mestrado centrou-se no estudo dos fatores de risco na delinquência juvenil. Paralelamente, e considerando os fatores de risco a serem investigados, foi explorada a possibilidade de o género *per si* representar um indicador de risco, influenciando as restantes variáveis em estudo.

. Apresentando então os principais resultados obtidos, quanto aos fatores de risco na delinquência juvenil em Portugal, temos que a estrutura familiar, a impulsividade, a procura de sensações, a empatia e o insucesso escolar se revelaram fatores mais expressivos.

Quanto aos resultados relativos às diferenças de género, as jovens delinquentes mostraram envolver-se em comportamentos antissociais maioritariamente associados à indisciplina, apresentando níveis de empatia mais elevados, quando comparados com o sexo masculino – sendo que os níveis mais baixos de empatia no sexo feminino se correlacionaram com comportamentos antissociais de indisciplina e violência.

No que toca à possibilidade de o género constituir um fator de risco, as conclusões obtidas não foram, de todo, categóricas. Se, por um lado, sabemos que o baixo nível de aproveitamento escolar e empatia aparece mais associado à delinquência no sexo masculino, que elevados níveis de procura de sensações nestes jovens os levam a incorrer em comportamentos antissociais e em mais crimes contra a propriedade do que as do sexo feminino; por outro, não podemos concluir que o género é, por si só, um fator de risco na delinquência, já que a sua influência sobre as restantes variáveis é, maioritariamente, pouco significativa.

A dificuldade em concluir se o género pode ou não constituir um fator de risco, conduz-nos então à primeira grande limitação deste estudo: o tamanho da amostra delincente relativamente ao sexo feminino – para além de, comparativamente com o sexo masculino, a amostra do grupo feminino ser quantitativamente inferior (de 62 delinquentes do sexo masculino para 22 do sexo feminino), as 22 participantes são também, por si só – e ainda que constituindo a quase totalidade das jovens delinquentes sob a aplicação de medidas tutelares educativas em Portugal – um número claramente diminuto quanto àquilo que seria ideal para uma investigação quantitativa desta dimensão.

Aproveitando esta limitação metodológica como ponte para um outro tópico de

discussão, poderemos ainda questionar-nos se, de facto, este número tão reduzido de jovens delinquentes do sexo feminino que se encontram sob medidas tutelares educativas não reflectirá também a realidade invisível (já abordada anteriormente) de que social e historicamente se foi revestindo o comportamento antissocial feminino; ou se, por outro lado, a condição feminina não será, por si só, factor protector, sendo por isso as diferenças quantitativas entre o género do número de detidos um indicador sólido e real de que, efectivamente, as mulheres poderão cometer menos crimes do que os homens – confirmando a *influência protectora dos papéis que a sociedade atribui à figura feminina* (Duarte, 2012). A partir do momento em que estas questões são lançadas sublinhamos a necessidade de investigações futuras mais aprofundadas sobre o fenómeno do *gender ratio problem*, já referido por Daly e Chesney-Lind (1988): cometerão as mulheres menos crimes do que os homens? E se sim, porquê?

Outra interessante questão levantada terá sido a de, analisando os resultados obtidos, termo-nos apercebido de como, apesar de a delinquência juvenil se constituir como um fenómeno de influências biológicas, psicológicas e sociais (Lösel, 2003), não podemos analisar com igual profundidade todas estas áreas. Seria então de reforçar a urgência de estudos mais compreensivos e interdisciplinares sobre a questão, nomeadamente, quando tentamos perceber qual a relação entre a procura de sensações, os comportamentos antissociais e, de novo, a variável género – os níveis de procura de sensações encontrados foram igualmente elevados para ambos os sexos, no entanto, apenas no sexo masculino funcionaram como facilitadores para a passagem ao acto³ – qual o papel que o sexo desenrola como inscrição do signo biológico dos indivíduos em sociedade?

Finalmente, as últimas limitações a apontar serão relativas a limitações metodológicas do presente estudo: de acordo com as rotinas inerentes aos centros educativos onde os questionários foram aplicados, a opção tomada foi a de os aplicar em grupo, o que traz à tona questões como a da desejabilidade social – numa população adolescente e delincente em que o estatuto social adquire uma enorme importância, sentimos que terá efectivamente havido necessidade por parte de alguns elementos de responderem de acordo com aquilo que desejavam transmitir aos outros sobre a sua própria imagem. Para além disso, ao todo, foram aplicados 5 questionários – o que, para jovens muitas vezes com uma fraca escolarização e grande dificuldade de tolerância à frustração, se tornou um verdadeiro desafio.

³ De novo, a amostra diminuta não facilitou esta análise, já que, apesar de as correlações relativas ao sexo feminino entre a procura de sensações e os comportamentos antissociais serem expressivas, não se mostraram significativas.

Tendo em conta a caracterização da nossa amostra, e remetendo para um dos contributos com que nos comprometemos inicialmente, pretendemos então refletir sobre que tipo de programas de prevenção seriam profícuos nesta população em específico. Relativamente ao tipo de abordagens preventivas dos comportamentos antissociais e delinquentes foram identificadas três categorias: estratégias relativas ao desenvolvimento de competências; intervenções ao nível da família; e intervenções em contexto escolar (Negreiros, 2008).

Cada uma destas abordagens, por diferentes razões, é adequada à população estudada: por um lado, justifica-se o desenvolvimento de competências, sendo que o grupo de jovens delinquentes carece de aptidões de regulação emocional e auto-controlo, pelo que poderia beneficiar de determinadas estratégias que procuram modificar o estilo cognitivo associado à impulsividade mediante a aprendizagem de comandos verbais auto-dirigidos (*idem*, 2008). Também as intervenções a nível familiar se justificam: se tivermos em conta que condições familiares com níveis de stress elevados e muitos conflitos familiares, combinadas com certas características da personalidade como a impulsividade, criam condições negativas de socialização, tornam-se imperativas estratégias que visem genericamente o treino dos pais (Kumper et al, 1996 citado por Negreiros, 2008) – nomeadamente, através do treino de competências educativas específicas nos pais cujos filhos apresentam comportamentos antissociais.

Também o insucesso escolar representa um indicador expressivo da delinquência neste estudo, o que por si só reforça a importância das abordagens de prevenção dos comportamentos antissociais e a sua implementação em contexto escolar. Promovendo experiências escolares positivas, deve ser reforçado o desenvolvimento de ligações da criança à escola, diminuindo a probabilidade de esta se associar a pares delinquentes (*idem*, 2008).

Referências Bibliográficas

- Anastácio, S. (2013). *Estudo da relação entre a empatia e a vinculação aos pais e aos pares na adolescência*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Almeida, O. (2006). *Histórias de (des)Vínculos: um estudo com autores de delitos em regime de privação de liberdade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil.
- Barker, G. & Adams, W. (1962). Comparison of Delinquencies of Boys and Girls. *The Journal of Criminal Law, Criminology, and Police Science*, 53(4), 470-475.
- Barriga, A. Sullivan-Cosetti, M. & Gibbes, J. (2009). Moral cognitive of empathy in juvenile delinquents. *Crim Behav Ment Health*, 19(4), 253-264.
- Bowlby, J. (1988) *The secure base: Clinical applications of attachment theory*. London: Routledge.
- Carvalho, M. (2000). Violência urbana e juventude: o problema da delinquência juvenil. *Revista Infância e Juventude*, 4, 9-147.
- Carvalho, M.(2010). *Do outro lado da Cidade: crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento*. Dissertação de Doutorado, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Carvalho, M. & Serrão, J. (2008). Delinquência juvenil, justiça e media: representações dos jovens dos Centros Educativos sobre a ação da comunicação social. *Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, 203, 1-17.
- Calvete, E. (2008). Justification of Violence and Grandiosity Schemas as Predictors of Antisocial Behavior in Adolescents. *J Abnorm Child Psychol*, 36, 1083-1095.
- Chesney-Lind, M. (1997). *The female offender: Girls, women and crime*. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc.
- Chitas, V. (2010). *Consumo de drogas e outros comportamentos de risco na adolescência: factores de risco e factores de protecção*. Dissertação de doutoramento, Porto, Portugal.
- Claes, M. & Lacourse, É. (2001). Pratiques parentales et comportements déviants à l'adolescence. *Enfance*, 53, 322-338.
- Cohen, D. (1982). *Empathy in conduc disordered youth*. Dissertação de Mestrado, Otava, Canadá.

- Daderman, A. (1999). Differences between severely conduct-disordered juvenile males and normal juvenile males: The study of personality traits. *Personality and Individual Differences*, 26, 827–845.
- Daly, K. (1997). Different Ways of Concetualizing Sex/Gender in Feminist Theory and Their Implications for Criminology. *Theoretical Criminology*, 1(1), 25–51.
- Daly, K. (2006). Feminist thinking about crime and justice. In S. Henry & M. Lanier, *The Essential Criminology Reader* (pp.205-213). Boulder: Westview Press.
- Daly, K. & Chesney-Lind, M. (1988). Feminism and Criminology. *Justice Quarterly*, 5(4), 498–538.
- DeVito, C. & Hopkins, J. (2001). Attachment, parenting, and marital dissatisfaction as preditores of disruptive behavior in preschoolers. *Development and Psychopathology*, 13, 215-231.
- Dozier, M., Stovall, K., Albus, K. & Bates, B. (2001). Attachment for infants in foster care: The role of caregiver state of mind. *Child Development*, 72(5), 1467–1477.
- Duarte, V. (2012). Os caminhos de Alice do outro lado do espelho: Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina. *Humanas Sociais & Aplicadas*, 2(5)
- Eisenberg, N. (2000). Emotion, regulation and moral development. *Annu Rev Psychol*, 15, 665-697.
- Eysenck, J. (1977). *Crime and personality* (3rd ed.). London: Routledge & Kegan Paul.
- Fagot, B. (1997). Attachment, parenting and peer interactions of toddler children. *Developmental Psychology*, 33 (3), 489-499.
- Farrington, D. (2002). Fatores de risco na delinquência juvenil. In E. Debarbieux & C. Blaya, *Violência nas escolas e políticas públicas* (pp.25-51). Brasil: Edições UNESCO.
- Farrington, D. (2004). O Estudo de Desenvolvimento da Delinquência de Cambridge: principais resultados dos primeiros 40 anos. In A. Fonseca, *Comportamento anti-social e crime: da infância à idade adulta* (pp. 73-132). Coimbra: Almedina.
- Farrington, D. (2007). Origins of Violent Behavior over the Life Span. In D. Flannery, A. Vazsonyi, & I. Waldman (Ed.), *The Cambridge Handbook of Violent Behavior and Aggresion* (pp. 19-48). Cambridge: Cambridge University Press.
- Fernandes, L. & Rêgo, X. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do mundo à cidade. *Etnografia*, 15(1), 167-181.

- Fonseca, A. (2000). *Comportamentos anti-sociais: uma introdução*. Coimbra: FPCEUC.
- Fonseca, A. (2004). *Comportamento anti-social e crime*. Coimbra: Almedina
- Formiga, N., Aguiar, M. & Omar, A. (2008). Busca de Sensação e Condutas Anti-Sociais e Delitivas em Jovens. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 28(4), 668-681.
- Garaigordobil, M. & Maganto, C. (2011). Empatía y resolución de conflictos durante la infancia y la adolescência. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 43(2), 255-266.
- Giddens A (1997). *Sociology*. Cambridge: Polity Press.
- Greenberg, J., Solomon, S. & Pyszczynski, T. (1997). Terror management theory of self-esteem and social behavior: Empirical assessments and conceptual refinements. In M. Zanna, *Advances in experimental social psychology* (pp. 61–139). New York: Academic Press
- Griffin-Shirley, N. & Nes, S. (2005). Self-esteem and empathy in sighted and visually impaired preadolescents. *Journal of Visual Impairment & Blindness*, 99, 276-284.
- Hadjar, A., Baier, D., Boehnke, K., & Hagan, J. (2007). Juvenile Delinquency and Gender Revised: the family and power-control Theory Reconceived. *European Journal of Criminology*, 4 (1), 33-58.
- Hatch, A. & Faith, K. (1990) The female offender in Canada: A statistic profile. *Canadian Journal of Women and the Law*, 3, 432-456.
- Heidensohn, F. (1985). *Women and Crime*. London: Macmillan.
- Heidensohn, F. & Rafter, N. (1995). *International Feminist Perspectives in Criminology*. Buckingham, UK: Open University Press.
- Heidensohn, F. & Silvestri, M. (1997). The conformity of criminology. In J. Vaag & T. Newburn (eds), *Merging themes in British criminology*. Loughborough: British Society of Criminology.
- Heidensohn, F. & Silvestri, M. (2012). Gender and crime. In M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner (Eds.), *The Oxford handbook of criminology* (5th ed.) (pp. 36-369). Oxford: University Press.
- Heaven, P. (1996). Personality and self-reported delinquency: Analysis of the “big five” personality dimensions. *Personality and Individual Differences*, 20(1), 47-54.
- Huebner, A. & Betts, S. (2002). Exploring the Utility of Social Control Theory for Youth Development Issues of Attachment, Involvement, and Gender. *Youth & Society*, 34(2), 123-145.

- Hirschi, T. (1969). *Causes of Delinquency*. Berkeley: University of California Press.
- Hope, T., & Chapple, C. (2004). Maternal characteristics, parenting, and adolescent sexual behavior: The role of self-control. *Deviant Behavior*, 26(1), 25-45.
- Hoyt, S. & Scherer, D. (1998). Female Juvenile Delinquency: Misunderstood by the Juvenile Justice System, Neglected by Social Science. *Law and Human Behavior*, 22, 81-107.
- Juby, H. & Farrington, D. (2001). Disentangling the Link between Disrupted Families and Delinquency. *British Journal of Criminology*, 41, 22-40.
- Junger-Tas, J., Ribeaud, D. & Cruyff, M. (2004). Juvenile delinquency and gender. *European journal of criminology*, 1 (3), 333-375.
- Kakar, S., Friedemann, M. & Peck, L. (2002). Girls in detention. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 18, 57-73.
- Kaufman, J. & Ziegler, E. (1989). The intergenerational transmission of child abuse. Em D. Cicchetti (Org.), *Child Maltreatment* (pp. 129-150), New York: Cambridge University.
- Kazdin, A. & Buela-Casal, G. (1998). *Conducta antisocial*. Madrid: Editora Pirâmide.
- Kemp, R., Overbeek, G., Wied, M., Engels, R. & Scholte, R. (2007). Early Adolescent Empathy, Parental Support, and Antisocial Behavior. *The Journal of Genetic Psychology*, 168, 5–18.
- Kierkus, C. & Hewitt, J. (2009). The contextual nature of the family structure/delinquency relationship. *Journal of Criminal Justice*, 37, 123-132.
- Kopp, B. (1989). Regulation of distress and negative emotions: A developmental view. *Developmental Psychology*, 25 (3), 343-354.
- Laberge, D. (1991). Les recherches sur les femmes criminalisées: questions actuelles et nouvelles questions de recherches. *Annales internationales de criminologie*, 29(2), 21-41.
- LaGrange, T., & Silverman, R. (1999). Low self-control and opportunity: testing the general theory of crime as an explanation for gender differences in delinquency. *Criminology*, 37(1), 41-72.
- Larrauri, E. (1992). *La mujer Ante el Derecho Penal*. Acedido Dezembro 20, 2013, em <https://pt.scribd.com/doc/100225543/Larrauri-Mujer-Ante-Derecho-Penal-Revista-Pensamiento>.
- Leal, J. (2007). *Crime no Feminino: Trajetórias Delinquenciais de Mulheres*. Almedina: Coimbra.

Le Blanc, M. & Janosz, M. (2002). Regulação familiar da conduta delinquente em adolescentes. In A. Fonseca, *Comportamento anti-social e família: uma abordagem científica* (pp. 37-92). Coimbra: Almedina.

Lemos, I. (2010). Risco psicossocial e psicopatologia em adolescentes com percurso delinquente. *Análise Psicológica*, 1(28), 117-132.

Loeber, R., Burke, J. D., Lahey, B. B., Winters, A. & Zera, M. (2000). Oppositional defiant and conduct disorder: a review of the past 10 years, part I. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 39(12), 1468-1484.

Loper, A., Hoffschmidt, S. & Ash, E. (2001). Personality features and characteristics of violent events committed by juvenile offenders. *Behavioral Sciences & the Law*, 19(1), 81-96.

Lösel, F. (2003). The development of Delinquent Behaviour. In Carson, D. & Bull, R., *Handbook of Psychology in Legal Contexts* (2ª Ed). John Wiley & Sons Ltd: England. Manita, C. (1997). *Planos existenciais, Droga e crime*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.

Marcus, R. & Betzer, P. (1996). Attachment and antisocial behavior in early adolescence. *Journal of Early Adolescence*, 16 (2), 229-248.

Martin, D., Martin, M., Dell, R., Davis, C. & Guerrieri, K. (2008). Profile of incarcerated juveniles: comparison of male and female offenders. *Adolescence*, 43(171), 607-622.

Martins, E. (1995). *A Problemática Socio-Educativa da Protecção e da Reeducação dos Menores Delinquentes e Inadaptados entre 1871 a 1962*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal.

Matos, R. (2008). *Vidas raras de mulheres comuns*. Coimbra: Edições Almedina.

Matos, R. & Machado, C. (2003). Criminalidade feminina em Portugal: Caracterização das jovens mulheres detidas em estabelecimentos prisionais portugueses. In A. Toscano & S. Godsland (Orgs.), *Mulheres Más: Percepção e representações da mulher transgressora no mundo luso-hispânico* (pp. 313-332). Porto: Fundação Fernando Pessoa.

Matos, R. & Machado, C. (2012). Criminalidade feminina e Construção do género: Emergência e consolidação das perspetivas feministas na Criminologia. *Análise Psicológica*, 30(1), 33-47.

Matos, M. et al. (2009). *Violência, Bullying e Delinquência*. Lisboa: Coisas de Ler.

Marcotte, D., Fortin, L., Potvin, P. & Papillion, M. (2002). Gender Differences in Depressive Symptoms During Adolescence: Role of Gender-Typed Characteristics, Self-Esteem, Body Image, Stressful Life Events, and Pubertal Status. *Journal of emotional & Behavioral Disorders*, 10 (1), 29-43.

Messerschmidt, J. (1997). *Crime as structured action: Gender, race, class, and crime in the making*. Sage Publications.

Mendes, D. (2008). Classificação dos criminosos segundo: Lombroso, Ferri e Garofalo. Acedido Agosto 9, 2014, em <http://www.atenas.edu.br/faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAJURI2006/7.pdf>.

Moffitt, T. (1993). Adolescent-limited and life-persistent antisocial behaviour: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674-701.

Negreiros, J. (2008). *Delinquências Juvenis. Trajectórias, Intervenções e Prevenção*. Livpsic: Porto.

Moffitt, T. (1997). Neuropsychology, Antisocial Behavior, and Neighborhood Context. In J. McCord (Eds.), *Violence and Childhood in the Inner City* (pp.116-170). Cambridge, MA: Cambridge University Press.

Moffitt, T., Caspi, A., Belsky, J. & Silva, P. (1992). Childhood experience and the onset of menarche: A test of sociobiological theory. *Child Development*, 63, 47-58.

Moffitt, T., Caspi, A., Rutter, M. & Silva, P. (2001). *Sex Differences in Antisocial Behaviour*. Cambridge, MA: Cambridge University Press

Moffitt, T., & Caspi, A. (2001). Childhood predictors differentiate life-course persistent and adolescence-limited antisocial pathways among males and females. *Development and Psychopathology*, 13(02), 355-375.

Murray, J. & Farrington, D. (2010). Risk Factors for Conduct Disorder and Delinquency: Key Findings From Longitudinal Studies. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 55(10), 633-642.

Özbay, Ö. & Özcan, Y. (2006). A test of Hirschi's social bonding theory juvenile delinquency in the high schools of Ankara, Turkey. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 50(6), 711-726.

Patterson et. al. (1992). Children of lesbian and gay parents. *Child Development*, 63, 1025-1042.

Pavarino, M., Del Prette, A. & Del Prette, Z. (2005). Agressividade e empatia na infância: um estudo correlacional com pré-escolares. *Interação em Psicologia*, 9(2), 215-225.

- Pechorro, P. (2011). Delinquência juvenil: Estudo de algumas variáveis psicológicas e relacionais com ênfase nos traços psicopáticos. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Rafter, H. & Heidensohn, F. (2002). *The development of feminist perspectives on crime*. Criminology: A Reader.
- Rescorla, L., Achenbach, T., Ivanova, M., Dumenci, L., Almqvist, F., Bilenberg, N. & Verhulst, F. (2007). Epidemiological comparisons of problems and positive qualities reported by adolescents in 24 countries. *Journal of consulting and clinical psychology*, 75(2), 351.
- Robins, L. (1978). Sturdy predictors of adult antisocial behaviour, replications from longitudinal studies. *Psychological Medicine*, 8, 611-622.
- Rodrigues, R. (2009). *Contributo ao estudo das relações significativas na delinquência juvenil: estudo exploratório do Inventory of Parent and Peer Attachment*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Roisman, G., Padrón, E., Sroufe, L. & Egeland, B. (2002). Earned-secure attachment status in retrospect and prospect. *Child Development*, 73, 1204-1219.
- Romero, E., Luengo, M. & Sobral, J. (2001). Personality and antisocial behaviour: Study of temperamental dimensions. *Personality and Individual Differences*, 31(3), 329-348.
- Rosenbaum, D. (1987). The Theory and Research Behind Neighborhood Watch: Is It a Sound Fear and Crime Reduction Strategy?. *Crime and Delinquency*, 33, 103–134.
- Rutter, M., Giller, H. & Hagell, A. (1998). *Antisocial Behaviour in Young People*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Santos, B. et. al. (2004). *Os Caminhos Difíceis da “Nova” Justiça Tutelar Educativa: Uma avaliação de dois anos da Lei Tutelar Educativa*. Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.
- Seidman, I. (1998). *Interviewing as qualitative research: A guide for researchers in education and the social sciences* (2nd ed.). New York: Teachers College Press.
- Shaw, D. & Vondra, J. (1995). Infant attachment security and maternal predictors of early behavior problems: A longitudinal study of low-income families. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 23, 679-699.
- Smart, C. (1976). *Women, Crime and Criminology*. London: Routledge & Kegan Paul.

Soares, I. (2000). Psicopatologia do Desenvolvimento e contexto familiar: Teoria e investigação das relações de vinculação. In I. Soares, *Psicopatologia do Desenvolvimento: Trajectórias (in)adaptativas ao longo da vida* (pp. 381-434). Coimbra: Quarteto.

Thornberry, P. & Krohn, D. (2004). O desenvolvimento da delinquência: uma perspectiva interaccionista. In A. Fonseca, *Comportamento Anti-Social e Crime. da Infância à Idade Adulta* (pp. 133-161). Coimbra: Almedina.

Valdesolo, P. & DeSteno, D. (2006). Manipulations of emotional context shape moral judgment. *Psychological science*, 17(6), 476-477.

Vieira, S. (2014). *Representações sociais sobre a delinquência juvenil: Estudo comparativo entre duas amostras de estudantes pós-graduados*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Portugal.

Zager, M. (1994). *Gender and crime: The Generality of Deviance*. New Brunswick: Transaction Publishers.

Zuckerman, M. (1979). *Sensation seeking: Beyond the optimal level of arousal*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

ANEXOS

1. Anexo I - Pedido de autorização à DGRSP

EXMO. DIRETOR GERAL,

DR. RUI DE SÁ GOMES

DIREÇÃO-GERAL DE REINserÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS

Eu, Ana Cristina Fernandes Bouças, estudante do Mestrado Integrado em Psicologia do Comportamento Desviante e da Justiça da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, venho por este meio requerer a colaboração da Direção-Geral de Reinserção e Serviços no âmbito da minha dissertação de Mestrado. Esta insere-se no tema da Delinquência Juvenil e tem como orientador o Professor Doutor Jorge Negreiros, docente da mesma instituição de ensino.

1) Enquadramento teórico

Durante séculos foi construída uma “história única” sobre a delinquência juvenil feminina: a história da invisibilidade e da construção de imagens estereotipadas relacionadas com a ideia de que a rapariga delinquente é vítima do seu passado, do seu ambiente e da sua condição feminina (Duarte, 2012).

Quando confrontada com tamanha opressão exercida pela sociedade que a negligenciava e às questões de género nas mais diversas áreas de conhecimento, a mulher revelou fortes preocupações epistemológicas e políticas levando o feminismo à luta pelo erradicar da hegemonia masculina (Matos & Machado, 2012).

A partir da década de 60, o movimento feminista patenteava o desenvolvimento de uma crítica compreensiva da disciplina (Heidensohn & Rafter, 1993). Num primeiro olhar, evidenciou a ausência da mulher nos estudos da *linha tradicional* da criminologia e um claro reducionismo biológico e psicológico subjacente às primeiras tentativas de estudar a mulher que comete crimes (Heidensohn & Rafter, 1993; Heidensohn & Silvestri, 1997; Daly, 2006; Matos & Machado 2012). Posto isto, nos finais da década de 60 e inícios da década de 70, apontaram dois erros fundamentais cometidos em relação à mulher: (1) a sua quase ausência dos estudos criminológicos, onde é praticamente invisível como agressora, como vítima ou qualquer outro tipo de relação com o sistema de justiça criminal; (2) a sua presença desajustada nos estudos da criminologia, através da distorção das suas experiências

transgressivas de modo a enquadrá-la nos estereótipos dominantes (Heidensohn, 1968, 1985; Klein, 1976; citados por Matos & Machado, 2012; Heidensohn & Silvestri, 1997).

Com o intuito de combater tal invisibilidade, dá-se a emergência gradual das abordagens feministas na criminologia e, com isto, os esforços para encontrar modos alternativos de conceptualizar os mundos sociais do desvio. Começam, assim, a surgir estudos que penetram nas idiossincrasias do género feminino, explorando-as e confrontando-as com a realidade delinquente masculina.

2) Objetivos

No sentido de contrariar o *androcentrismo criminológico* e ressaltar a face menos *visível* do crime, este estudo pretende investigar a delinquência juvenil no feminino em Portugal através de uma comparação entre 60 jovens dos diferentes sexos que se encontram em cumprimento de medidas tutelares educativas.

Trata-se de uma pesquisa quantitativa que veicula a análise comparativa das seguintes variáveis: **a)** estrutura familiar; **b)** vinculação aos pais; **c)** empatia; **d)** impulsividade; **e)** procura de sensações; **f)** tipo de comportamentos antissociais.

3) Metodologia

3.1. Amostra

Pretende-se inquirir uma amostra constituída por 60 jovens (30 rapazes e 30 raparigas) que se encontram a cumprir medidas tutelares educativas em Centros Educativos.

3.2. Instrumentos

Com vista a recolher informação sobre as variáveis supramencionadas, serão utilizadas as seguintes escalas: **a)** caracterização sociodemográfica do participante **b)** Inventário de Vinculação para os Pais e Pares (IPPA) desenvolvido por Armsden e Greenberg (1987), e adaptado por Geada (1995); **c)** Escala de Empatia Básica construída por Jolliffe & Farrington (2006) adaptada à população portuguesa por Nobre Lima, Rijo, & Matias (2012); **d)** A *Escala de Impulsividade* construída por Wills e colaboradores (2007) e adaptada por Chitas (2010); **e)** *Escala de Procura de Sensações*, versão reduzida da forma V da escala de Zuckerman (1978) e adaptada por Chitas (2010); **f)** a *Escala de comportamentos antissociais*, um questionário

construído por Chitas (2010), cujos indicadores dos comportamentos antissociais foram inicialmente referidos num estudo de Cooper, Shaver e Collins (1998).

COLABORAÇÃO DA DIREÇÃO-GERAL DE REINserÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS

Venho muito respeitosamente requerer a Vossa Excelência a colaboração da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, no sentido de autorizar a recolha de dados na população jovem dos Centros Educativos para que seja possível a conclusão do trabalho de investigação que me propus a desenvolver. Considero ainda necessário salientar que o anonimato dos participantes será cumprido e que este estudo prende-se exclusivamente com fins académicos.

Caso seja necessária qualquer informação ou esclarecimento, junto envio os meus contactos:

MORADA: Rua João de Deus, nº 77, 1º Andar

ENDEREÇO DE E-MAIL: ana_boucas@hotmail.com; mipsi08044@fpce.up.pt

NÚMERO DE TELEMÓVEL: 914769567; 963738949

Porto, 8 de Abril de 2014.

2. Anexo II - Instrumento



ESTUDO ACADÉMICO

MAIO, 2014

Questionário nº _____

Este questionário integra-se num estudo desenvolvido para a elaboração da Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia, cujo objetivo é **perceber se existem diferenças de género na população jovem**.

Não escrevas o teu nome no questionário. As respostas a cada item são **anónimas e confidenciais**. **Certifica-te que lêes com muita atenção cada uma das questões e que respondes sempre o mais honestamente possível**. Este questionário não é um teste, pelo que **não existem respostas certas ou erradas**.

Na maior parte das questões deves assinalar com um X a alternativa apropriada. Para o caso de não achares uma resposta que corresponde exatamente ao teu caso, assinala a alternativa que mais se assemelha. Nas **questões de resposta aberta**, escreve a tua resposta no espaço que se encontra em branco.

Local de preenchimento: _____

Data de preenchimento: ____ de _____ de 2014.

Obrigada pela tua colaboração!

PARTE I

1. Caracterização sociodemográfica

Sexo: F ☐ M ☐

Data de Nascimento: ____-____-____

Idade: _____

Estabelecimento de Ensino:

Ano letivo que frequentas: ____º ano

Já reprovaste? Sim:____ Não:____

Se sim, em que ano(s)? _____

Eu vivo com...

☐ a minha mãe e o meu pai.

☐ um dos meus pais e uma madrasta ou padrasto.

☐ só a minha mãe ou só o meu pai.

☐ outra pessoa. Quem? _____

☐ numa Instituição.

2. Inventário sobre a Vinculação na Adolescência (IPPA)

Tradução e adaptação de: Lúcia Maria Mendes Fragoso Neves

Coimbra/1993

INSTRUÇÕES

Este inventário procura avaliar as relações atuais dos adolescentes com pessoas significativas – com a mãe, com o pai e com os amigos mais chegados. Por favor, leia cuidadosamente as instruções de cada parte do inventário.

O **primeiro questionário** terá afirmações relativas aos teus sentimentos para com a tua **mãe** ou a pessoa que fez as vezes de mãe. Se tem mais de uma pessoa nessas circunstâncias (ou seja, mãe natural e a mãe adotiva, a madrinha, a avó, etc.) responde às afirmações seguintes tomando como referência aquela que mais o(a) influenciou.

O **segundo questionário** terá afirmações relativas aos teus sentimentos para com a teu **pai** ou a pessoa que fez as vezes de pai. Se tem mais de uma pessoa nessas circunstâncias (ou seja, pai natural e pai adotivo, o padrinho, o tio, etc.) responde às afirmações seguintes tomando como referência aquela que mais o(a) influenciou.

Por favor, lê cada afirmação cuidadosamente e marca uma **cruz** no quadrado referente à **alternativa** que neste momento considera mais **verdadeira**.

No fim, certifica-te que respondeste a **todas** as afirmações.

IPPA – Inventory of Parent and Peer Attachment

A MINHA MÃE

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Às vezes	Muitas vezes
1. A minha mãe respeita os meus sentimentos				
2. Sinto que a minha mãe funciona bem como mãe				
3. Gostava de ter uma mãe diferente				
4. A minha mãe aceita-me tal como sou				
5. Gosto de saber a opinião da minha mãe acerca das coisas que me dizem respeito				
6. Acho que não vale a pena mostrar o que sinto à minha mãe				
7. A minha mãe percebe bem quando eu estou preocupado com alguma coisa				
8. Falar dos meus problemas com a minha mãe faz-me sentir com vergonha ou palerma				
9. A minha mãe espera demasiado de mim				
10. Aborreço-me depressa quando estou com a minha mãe				
11. Muitas vezes estou preocupado e a minha mãe não sabe de nada				
12. Quando conversamos, a minha mãe presta atenção ao meu ponto de vista				
13. A minha mãe confia na minha maneira de pensar				
14. Como a minha mãe tem lá os problemas dela, eu não a incomodo com os meus				
15. A minha mãe ajuda-me a compreender melhor a mim próprio				
16. Converso com a minha mãe acerca dos meus problemas e aborrecimentos				
17. Sinto-me zangado com a minha mãe				
18. A minha mãe não me dá muita atenção				
19. A minha mãe ajuda-me a falar com ela acerca das minhas dificuldades				
20. A minha mãe compreende-me				
21. Quando estou zangado, a minha mãe é uma pessoa que compreende o que estou a sentir				
22. Tenho confiança na minha mãe				
23. A minha mãe não percebe o que me acontece				
24. Quando preciso de desabafar, conto com a minha mãe				
25. Quando a minha mãe sabe que estou preocupado com alguma coisa pergunta-me o que é que se passa				

IPPA – Inventory of Parent and Peer Attachment

O MEU PAI

	Nunca ou quase nunca	Poucas vezes	Às vezes	Muitas vezes
1. O meu pai respeita os meus sentimentos				
2. Sinto que o meu pai funciona bem como pai				
3. Gostava de ter um pai diferente				
4. O meu pai aceita-me tal como sou				
5. Gosto de saber a opinião do meu pai acerca das coisas que me dizem respeito				
6. Acho que não vale a pena mostrar o que sinto ao meu pai				
7. O meu pai percebe bem quando eu estou preocupado com alguma coisa				
8. Falar dos meus problemas com o meu pai faz-me sentir com vergonha ou palerma				
9. O meu pai espera demasiado de mim				
10. Aborreço-me depressa quando estou com o meu pai				
11. Muitas vezes estou preocupado e o meu pai não sabe de nada				
12. Quando conversamos, o meu pai presta atenção ao meu ponto de vista				
13. O meu pai confia na minha maneira de pensar				
14. Como o meu pai tem lá os problemas dele, eu não o incomodo com os meus				
15. O meu pai ajuda-me a compreender melhor a mim próprio				
16. Converso com o meu pai acerca dos meus problemas e aborrecimentos				
17. Sinto-me zangado com o meu pai				
18. O meu pai não me dá muita atenção				
19. O meu pai ajuda-me a falar com ele acerca das minhas dificuldades				
20. O meu pai compreende-me				
21. Quando estou zangado, o meu pai é uma pessoa que compreende o que estou a sentir				
22. Tenho confiança no meu pai				
23. O meu pai não percebe o que me acontece				
24. Quando preciso de desabafar, conto com o meu pai				
25. Quando o meu pai sabe que estou preocupado com alguma coisa pergunta-me o que é que se passa				

Basic Empathy Scale

(Jolliffe, 2005; versão portuguesa: Nobre Lima, Rijo & Matias, 2011)

3. As afirmações que se seguem revelam características que poderão ou não ser semelhantes às tuas. Para cada uma delas assinala com uma **crux** (x) a opção que melhor indica o quanto concordas ou discordas com a afirmação. Não te esqueças de responder a **TODAS** as afirmações, com toda a honestidade.

	Discordo totalmente	Discordo pouco	Nem concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo totalmente
1. Não me deixo afetar muito pelo que os meus amigos estão a sentir	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Sempre que estou com um amigo que está triste com alguma coisa, a seguir costumo sentir-me triste	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Sou capaz de compreender a alegria de um amigo meu quando se sai bem em alguma coisa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Fico com medo quando vejo uma personagem má num bom filme de terror	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Facilmente me deixo envolver pelos sentimentos dos outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Tenho dificuldade em perceber quando os meus amigos estão assustados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Não fico triste quando vejo alguém a chorar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Não me incomoda nada com os sentimentos das outras pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Quando alguém está em baixo, habitualmente consigo compreender aquilo que está a sentir	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Habitualmente consigo perceber quando os meus amigos estão com medo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo totalmente	Discordo pouco	Nem concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo totalmente
11. Costumo ficar triste quando vejo coisas tristes na televisão ou em filmes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Habitualmente consigo perceber como as pessoas se estão a sentir, mesmo antes de elas me dizerem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Ver uma pessoa que está irritada não tem qualquer impacto nos meus sentimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Habitualmente consigo perceber quando as pessoas estão animadas e alegres	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Se estiver com amigos que são medrosos tenho tendência para ficar assustado também	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Habitualmente percebo logo quando um amigo está zangado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Facilmente me deixo contagiar pelos sentimentos dos meus amigos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. A tristeza dos meus amigos não mexe nada comigo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Habitualmente não me costumo aperceber dos sentimentos dos meus amigos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Tenho alguma dificuldade em perceber quando os meus amigos estão contentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	Discordo totalmente	Discordo pouco	Nem concordo nem discordo	Concordo pouco	Concordo totalmente

Obrigado pela colaboração.

FAZ UM PAUSA DE **5 MINUTOS**.

RECUPERA A **ATENÇÃO!**

A **TUA** COLABORAÇÃO É **ESSENCIAL**.

OBRIGADA!

PARTE II

4. As afirmações que se seguem referem-se ao *modo como as pessoas costumam comportar-se em diferentes situações*. Assinalando com um X o quadrado apropriado, diz-nos **em que medida elas se aplicam ao teu comportamento habitual**.

	Nada verdadeiro	Pouco verdadeiro	Mais ou menos verdadeiro	Bastante verdadeiro	Muito verdadeiro
1. Costumo gastar o meu dinheiro logo que o recebo.					
2. Preciso de me controlar muito para evitar sarilhos.					
3. Sou uma pessoa impulsiva.					
4. Costumo fazer coisas sem parar para pensar.					
5. Costumo ter problemas porque faço as coisas sem pensar.					
6. Tenho dificuldades em poupar dinheiro para comprar alguma coisa semanas depois.					
7. Não compreendo porque é que as pessoas poupam o seu dinheiro quando poderiam gastá-lo logo.					
8. Costumo falar rapidamente, antes de pensar sobre as coisas.					

5. Indica o teu **grau de discordância/concordância** com as seguintes afirmações que se seguem assinalando um X no quadrado apropriado.

	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Nem discordo, Nem concordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1. Gostaria de fazer uma viagem não planeada, sem rota definida e sem horários.					
2. Gosto de fazer coisas estranhas e assustadoras.					
3. Gosto de ter experiências novas e excitantes, ainda que sejam ilegais.					
4. Fico aborrecido(a) quando tenho de passar muito tempo em casa.					
5. Gosto de festas movimentadas e desinibidas.					
6. Gostaria de tentar praticar paraquedismo.					
7. Gostaria de explorar lugares estranhos.					
8. Prefiro para amigos pessoas que são imprevisíveis e excitantes.					

6. **Quantas vezes te aconteceu?** Assinala um **X** no quadrado apropriado.

	Nenhuma	1	2-3	4-5	6-7	8-9	10-11	12 ou mais
1. Ter falta disciplinar.								
2. Ser suspenso da escola.								
3. Ser expulso da escola.								
4. Insultar um professor ou funcionário da escola.								
5. Bater num professor ou funcionário da escola.								
6. Danificar intencionalmente mobiliário, instrumentos ou espaços da escola.								
7. Andar à pancada na escola.								
8. Passar a noite fora de casa sem autorização.								
9. Fugir de casa.								
10. Estar incluído num grupo que se junta para gozar / insultar as outras pessoas.								
11. Estar incluído num grupo que se junta para bater noutras pessoas.								
12. Andar à pancada na rua.								
13. Envolveres-te em lutas de <i>gangs</i> .								
14. Ferir alguém ao ponto dessa pessoa necessitar de cuidados médicos.								
15. Usar facas ou navalhas para ameaçar ou magoar alguém.								

	Nenhuma	1	2-3	4-5	6-7	8-9	10-11	12 ou mais
16. Usar armas de fogo para ameaçar ou magoar alguém.								
17. Forçar a entrada numa casa, estabelecimento ou outra propriedade.								
18. Pegar fogo a um carro.								
19. Pegar fogo a uma casa ou outro espaço.								
20. Roubar um carro.								
21. Roubar artigos em lojas ou supermercados.								
22. Roubar dinheiro ou objetos de outra pessoa (ex. telemóvel, relógio, carteira, roupa, etc.).								
23. Participar num assalto a uma casa, loja, escola ou outro edifício.								
24. Vender artigos roubados.								
25. Vender drogas.								
26. Ter problemas com a Polícia por alguma coisa que tenhas feito.								

FIM

OBRIGADA PELA TUA COLABORAÇÃO!